

A república contestável – notas sobre o papel da religião no republicanismo de Joaquim Nabuco

Luiz Carlos Ramiro Junior

Luiz Carlos Ramiro Junior

é doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).
E-mail: lqramiro@msn.com

Resumo

O regime republicano instaurado no Brasil em 1889 gerou o distanciamento de Nabuco da política, pelo menos até 1900 - quando aceita o posto de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial brasileira a Londres, a pedido de Campos Salles (1841-1913). O refúgio no partido monarquista e na redescoberta da fé católica incrementam pressupostos acerca da teoria do republicanismo nabucoano, cuja intenção era manter-se fiel às ideias da liberdade, harmonizando-as com o valor moral e estético legado pelo vínculo religioso. Os propósitos deste trabalho são: (i) avaliar a relação entre o retorno de Joaquim Nabuco (1849-1910) ao catolicismo e sua recusa ao liberalismo científico, autoritário e materialista da década de 1890; e (ii) identificar os pontos de contato entre o catolicismo do autor e a reafirmação do liberalismo social, com remissões aos clássicos como Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville.

Palavras-chave

Joaquim Nabuco; Liberalismo; Republicanismo; Pensamento Político; História do Brasil..

Abstract

The republican regime established in Brazil in 1889 generated a distance between Nabuco with the politics, at least until 1900 - when he accepts the post of envoy extraordinary and minister plenipotentiary in Brazilian special mission to London as a Campos Salles (1841-1913)'s request. Nabuco's refugee in the royalist party and the reconversion to the Catholic faith increment assumptions about his theory about the republicanism. His point was to keep the acquaintance with the ideas of freedom, and harmonize them with the moral and aesthetic value legated by the religious frame. This study aims: (i) to evaluate the relationship between Joaquim Nabuco's (1849-1910) return to Catholicism and his refusal to the authoritarian and materialistic 1890s' scientific liberalism. And (ii) to identify the points of contact between Nabuco's social Catholicism and the reaffirmation of social liberalism, regarding liberal classics of the liberal thought like Benjamin Constant and Alexis de Tocqueville.

Keywords

Joaquim Nabuco; Liberalism; Republicanism; Political Thought; Brazilian History.

Introdução

“A teoria da sociedade brasileira não é exigência acadêmica. É instrumento de que precisamos para comandar os acontecimentos. Antes de partir para a criação de novo partido, a lição dos fatos deve ser aprendida”

(Alberto Guerreiro Ramos. A Crise do Poder no Brasil. 1961:98).

A prática e o conteúdo político da República não se limitam a um único regime. Apesar da moderna tipologia das formas de governo em que o termo República se contrapõe à Monarquia – porque a chefia política não é hereditária o cargo pode ser assumido através de eleição popular – seu significado adquire conotações diversas ao longo do tempo. Terminologicamente, República identifica-se com a coisa pública (do latim *res publica*). Na prática, liga-se à defesa do interesse público, o que nos permite dizer que um regime monárquico que preza pelo bem público é tão republicano quanto um regime republicano.

A origem do republicanismo remonta à antiguidade grega e se vincula à participação política dos cidadãos, de acordo com o cuidado da coisa pública. Mas foi em Roma, a partir de Cícero (106-46 a.C.), que o conceito ganhou força e perdurou até pelo menos a Revolução francesa de 1789, reunindo a ideia de lei fundamental, afirmação de justiça, e realce do bem comum como princípio de governo (BOBBIO *et al*, 1998:1108). Já no pensamento político moderno o conceito de *República* adquiriu o sentido de forma de governo, como apresentado na tipologia de Montesquieu (1689-1755). Em *O Espírito das Leis* (1748) Montesquieu explica que *República* é cabível a pequenos territórios, onde predomina a igualdade, as leis elaboradas pela vontade popular, e onde os cidadãos virtuosos são capazes de impedir a submissão do interesse público aos desejos privados (MONTESQUIEU, 1979:32).

A discussão sobre o republicanismo aparece em importantes teóricos do século XX como Hannah Arendt, Claude Lefort, Philip Pettit, Quentin Skinner, Maurizio Viroli e Richard Dagger. Em grande medida, esses intelectuais valorizam a atividade política e a vida ativa no espaço público, pois se mostram preocupados com a superação das fontes do totalitarismo a partir da década de 1950, pensando nos “perigos escondidos numa sociedade apática e que havia experimentado os efeitos da destruição total da esfera pública nos governos autoritários” (BIGNOTTO, 2013:9).

No Brasil, a mudança do regime monárquico de 1822 para o republicano de 1889 gerou uma série de questões acerca do conteúdo do republicanismo. Uma das vozes a esse respeito foi a de Joaquim Nabuco. Para ele a noção de *coisa pública* era compatível com o exercício do poder que impulsionasse a liberdade. Nesse sentido, a Monarquia, em especial açambarcada pelas reformas necessárias – abolição, federação, ampliação do voto, parlamentarismo – preenchia os requisitos “republicanos” apresentados pelo autor, cuja concepção de República era oposta à promovida em 1889, por positivistas, liberais cientificistas, autoritários e antidemocráticos, embebidos no catecismo de Augusto

Comte, no evolucionismo de Herbert Spencer, ou na demofobia da tradição liberal brasileira.

28

Para Nabuco, a Monarquia contava com o desenho institucional mais coerente com a sociedade brasileira, e a noção de República como coisa pública, de acordo com o governo constitucional e representativo, de respeito aos direitos do homem, de acordo com uma ordem liberal e democrática (LYNCH, 2012). Em artigo publicado em 18 de outubro de 1891 no *Jornal do Brasil*, Nabuco esclarece:

No último artigo mostrei acreditar que a sorte do ideal republicano, criado e formado sob a monarquia, e alguns mesmo dizem alentado com as suas simpatias, seria esterilizar-se e morrer na república. A verdade é que a monarquia era a única república que podíamos ter no Brasil durante o período atual, que se pode qualificar de analfabeto. Os republicanos cometeram o 15 de Novembro na fé unicamente do aforismo: “Para fazer a república a primeira coisa é derrubar a monarquia.” Foi um perfeito engano. Há dias liamos esta antítese, atribuída a um estadista chileno, o Sr. Ambrosio Montt, a República do Brasil e o Império do Chile. Não sei quem resumiu também as suas impressões de viagem na América Latina dizendo que só encontrara nela uma república, o nosso Império. Destruindo a monarquia, os republicanos não deram um passo para diante no caminho da democracia, deram um salto nas trevas, que todos verificamos hoje ter sido um salto para trás (“Outras ilusões republicanas IV.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Domingo 18 de Outubro de 1891. No. 193).

Não significa que um republicanismo estivesse pronto e acabado na Monarquia, mas pelos argumentos do autor era como se um rumo democrático já estivesse sendo definido. Ao passo que na República de 1889 essa direção estivesse sendo amplamente desfeita, e precisaria ser refeita sem aquilo que o passado monárquico trazia de positivo. Em uma palavra, e antecipando o argumento deste artigo: Nabuco entendia que a República não transacionou devidamente o balanço entre modernidade e tradição, pois enfatizou o desejo de mergulhar na primeira, jogando fora a segunda.

As reflexões sobre o caráter republicano da Monarquia e sobre o caráter militarista e individualista da República no Brasil são tomadas a partir dos textos de Joaquim Nabuco em sua fase monarquista, entre 1888 e 1899 (NOGUEIRA, 2010): das intervenções no Parlamento em 1888 e 1889 defendendo o projeto de Monarquia Federativa, dos artigos nos jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *O Comércio de São Paulo*, da organização do livro *Minha Formação* (1900), e a partir da publicação de *Um Estadista do Império* entre 1899 e 1900. Ademais, a fase monarquista envolve uma entrada em assuntos religiosos, como apontam suas obras - *Pensées Detachées et Souvenirs* (1906) e *Foi Voulue* (1900).¹ Esse intervalo, entre o ativismo pela emancipação dos escravos — que teve como apogeu a abolição em 1888 — e a colaboração com a República quando acerta com o novo regime e se torna representante internacional do Brasil — primeiro como defensor dos interesses brasileiros na questão da Guiana Inglesa, depois na condição de Ministro Plenipotenciário em Londres em 1900. Trata-se de um momento de arremate do autor acerca do caráter e as possibilidades da Monarquia brasileira, bem como o lugar da religião no mundo moderno e liberal.

Sobre esse intervalo entre a fase abolicionista e a panamericanista, ao invés de imputarmos a Nabuco o viés aristocrático e imbuído de um monarquismo saudosista, ressentido com o fim do Império e intransigente com o novo tempo (como apontado por Alonso (2009)). O que se revela nesse período são características que consolidam o autor como um teórico do republicanismo, por conta de seu trabalho que abarca a história, a

religião, a teoria política, as relações internacionais e a literatura. Não há um manual de Nabuco explicando sua teoria. Ela surge do conjunto de seus trabalhos, espalhados entre seus textos de intervenção política, aforismos e artigos jornalísticos.

Não é arriscado dizer que Joaquim Nabuco foi um teórico do republicanismo pois a sua chave de leitura para explicar a Monarquia passava pela defesa de princípios comuns ao ideal democrático, de reformas sociais, de federação, de construção de uma plataforma inclusiva para o escravo liberto etc. A ordem escravocrata presente no Brasil oitocentista, penetrante em praticamente todas as dimensões da sociedade brasileira (BEIGUELMAN, 1982:69), era vista como o principal empecilho a uma vida republicana no país. Contudo, a obra da Abolição foi feita sob os auspícios da Monarquia. A República não surge para dar continuidade, mas para abortar tal processo.²

As críticas de Nabuco são sistemáticas e compreendem uma teoria porque explicam o conteúdo do conceito de República, e como tal não se aplicava àquilo que havia sido instaurado. Entre os pecados do novo regime estavam: a suspensão da tradição cívica brasileira, por conta do militarismo e do positivismo; a inflação da máquina governamental a partir do empreguismo público; e uma descaracterização do espírito nacional – também na conta do positivismo.

O panorama que entrelaça a obra política de Joaquim Nabuco e o primeiro decênio da República no Brasil apresenta dois conjuntos de análise. Primeiro, a respeito do confronto entre o regime instaurado em 15 de novembro de 1889 e o republicanismo nabucoano. Segundo, uma pergunta: a volta de Joaquim Nabuco ao credo católico tem alguma repercussão para a sua dedicação ao projeto liberal clássico, e contra o liberalismo científico, autoritário e materialista da década de 1890? O intuito deste segundo ponto é levantar considerações sobre a relação entre religião e política, propriamente para que se possa ter uma noção de como o catolicismo social da época – marcado pelo papado de Leão XIII (1878-1903) cujo ápice foi a publicação da Encíclica *Rerum Novarum* de 1891 – se postava na defesa da sociedade frente ao liberalismo científicista e o positivismo, e se esse embate é trabalhado de algum modo por Nabuco.

Desde os últimos anos da Monarquia, Nabuco tinha dificuldades para encontrar espaço no flanco liberal. Condenado por sua luta emancipacionista, passou a ser fustigado pelos que não aderiram ao movimento, e, quando o Partido Republicano já estava robustecido, condenaram-no por sua fidelidade monarquista. Já em 1885 apresentou um projeto de Monarquia Federativa,³ o que para ele salvaria o regime com a instauração do federalismo dentro da Monarquia, ao invés de recorrer à mudança institucional. Entre 1888 e 1889 seguiu, na tribuna e nos jornais, alicerçando o regime monárquico contra a instauração da República. Contudo, na prática, não teve sucesso. Com o ocaso do Império, Nabuco se encontrava em um limbo político. Não aderiu ao novo regime, e se refugiou na literatura, na história e na religião. Passou ao largo da atuação política durante os governos militares de Marechal Deodoro (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894). Porém, permaneceu na crônica jornalística explicando o porquê de aquela República de fato não ser uma *República*, ou no máximo o ser nos moldes das republicas sul-americanas de então.⁴ É também nesse tempo que se deita a escrever a biografia política do pai – Nabuco de Araújo (1813-1878), *Um Estadista do Império* (publicada em três tomos entre 1897 e 1899). Antes disso desenvolveu trabalhos voltados à política comparativa, como ao analisar o Chile em *Balmaceda* (1895) e as relações internacionais no Brasil em *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893* (1895). Debruçou-se sobre a fé religiosa,

expressando um debate entre religião, ciência e filosofia no livro *Foi Voulu* (Minha fé), escrito no original em francês entre os anos de 1892 e 1893. Na mesma língua Nabuco escreveu *Pensées Detachées* (1900), em que Emile Faguet, crítico literário francês, acreditou que fosse um pseudônimo francês, por conta do domínio do autor brasileiro da língua francesa (FREYRE, 1962:640). Ainda no ano de 1900 Nabuco lança *Minha Formação*, uma obra marcante para a literatura brasileira, entre as primeiras do gênero autobiográfico.

I - Horizontes disponíveis da república oligárquica e o republicanismo de Nabuco

A República no Brasil assinala uma mudança de estruturação política, do monárquico ao oligárquico. Joaquim Nabuco é crítico da República no Brasil por seu conteúdo conservador no que diz respeito às reformas sociais e ao distanciamento daquele regime frente ao paradigma liberal clássico.⁵ Se a Monarquia ainda não era uma democracia, a República de 15 de novembro distanciava ainda mais o caráter cívico no Brasil.⁶

Neste texto, preliminarmente observa-se como o modelo republicano se instaurou no Brasil, tendo em vista que o regime de 1889 não foi uma particularidade brasileira. As próprias matrizes do republicanismo — leia-se, Roma, Itália, Inglaterra, França e Estados Unidos — não foram propriamente pensadas à democracia, no sentido de mais participação e contestação popular. Daí que a teoria republicana de Nabuco fica mais próxima das propostas contemporâneas de republicanismo de que do ideal antigo, justamente pela vontade em aliar reformas sociais com governo livre.

Para Nabuco, a queda da monarquia representou um aborto do processo reformista, aberto com a emancipação dos escravos em 13 de maio de 1888 e alavancado pelo único ente capaz de garantir a defesa do bem público, o Poder Moderador. Nesse sentido, para entender o republicanismo do autor pernambucano, eivado de liberalismo social, é preciso observar que ele se opunha ao conteúdo dos seus opositores, do liberalismo cientificista e do positivismo — principais ideários dos grupos que formaram a vanguarda do novo regime (representantes da aristocracia paulista, mineira e gaúcha, bem como militares, intelectuais positivistas e inclusive liberais radicais).

Apesar do movimento republicano se constituir em 1870 com o lançamento de dois manifestos, a maior demanda liberal no Brasil era pela federação. Inclusive, no mesmo ano de 1870, Tavares Bastos (1839-1875), um dos maiores ícones do liberalismo brasileiro na época e até hoje, publica *A Província*, livro em que, como o próprio título deixa a entender, a federação, e não o projeto republicano, consta entre as propostas do ideário liberal. O político e escritor alagoano via no federalismo a fonte da autonomia local necessária para que o país se desenvolvesse aos moldes anglo-saxões.

Com efeito, durante o Brasil Império (1822-1889), a defesa de maior autonomia das províncias era uma retórica para condenar a centralização e as prerrogativas do Poder Moderador. Ao passo que o ideário republicano não representava uma ameaça efetiva de quebra do regime até 1889.

Logo, o federalismo não poderia ser o responsável pela débâcle do regime monárquico, porque a proposta de federalização do Império já havia sido expressa em 1885 por Joaquim Nabuco, depois reapresentado em 1888 e no ano seguinte, na apresentação do Ministério Outro Preto.⁷ Os vários exemplos, de Canadá, Austrália, e mesmo Inglaterra demonstravam essa possibilidade real de coexistência entre autonomia local e monarquia.

O que provocará a queda da monarquia, na interpretação de Joaquim Nabuco, é o desgaste interno dos partidos, cujo estopim foi o modo autoritário da Abolição da escravidão de 13 de maio de 1888.⁸ Vinte anos antes, em 1868, dava-se início a um progressivo desgaste do padrão político imperial, marcado pela divisão dos dois partidos que funcionavam dentro das engrenagens do sistema imperial. Isso devido ao desencontro entre pautas reformistas e manutenção do *status quo da elite política*,⁹ sobretudo a partir da Abolição da escravidão em 1888, que desestabilizou ainda mais a relação entre a Monarquia e os partidos. Ainda assim, institucionalmente, a crise poderia ter sido superada, pois a Constituição de 1824 era suficientemente flexível para tal e permitia a mudança na organização do poder sem que fosse preciso revogar por inteiro a constituição.¹⁰

A propaganda republicana, iniciada em 1870, não teria se tornado uma ameaça real se não fosse pela debilidade das instituições imperiais e pela vontade dos agentes em cessar com o viés reformista, autônomo, da Monarquia. Joaquim Nabuco, na condição de representante liberal por Pernambuco na Câmara denunciou que o Império estava em dissolução: “as instituições que não se defendem, abdicam” (*apud* LYRA, 1964:276). Referia-se à atitude da mesa parlamentar que consentiu que um representante republicano mineiro, Antônio Monteiro Manso, tomasse o posto sem prestar o juramento regimental de fidelidade ao regime, ao Imperador e à religião católica. Heitor Lyra (1964:278) comenta que o penúltimo gabinete, o de João Alfredo (1888-1889), fora tão condescendente com os republicanos que a impressão era a de que lhes fazia a defesa, chamando-os a colaborar com o governo, e vendo neles paz, ao invés de ameaça. No próprio núcleo do poder não havia grande afã em defender o regime. O próprio João Alfredo, do Partido Conservador, chegou a dizer que se fosse desejo da opinião pública o regime republicano, que assim fosse. E não era apenas ele. O próprio D. Pedro II dissera que se os brasileiros não o quisessem mais como Imperador, ir-se-ia embora, ou viraria professor (LYRA, 1964:282).

Porém, a República no Brasil não surge a partir de uma vontade popular e de propósitos democráticos. O movimento de 1889 era constituído de uma ampla frente que abrangia, de escravocratas a abolicionistas, de militares a civis, de estudantes a profissionais liberais, além de pequenos comerciantes. Mesmo com essa pluralidade de grupos sociais, a República não podia ser caracterizada como popular.¹¹ Decididamente, o povo assistiu ao 15 de novembro *bestializado*, como conta a frase de Aristides Lobo, republicano desapontado com a maneira pela qual o novo regime fora proclamado (CARVALHO, 1987:9). Apesar do desejo dos propagandistas radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, de apontar que a República representava a irrupção do povo na política, de acordo com a tradição da Revolução francesa de 1789, a realidade é que o movimento foi completamente esvaziado de participação democrática.

A gênese oligárquica da Primeira República perpassa a contradição, da erupção do regime na contracorrente de um evento que dera um passo significativo na formação da cidadania no Brasil, a abolição da escravidão. Antes, a gestação desse processo de oligarquização da política já era conduzido pela redução do eleitorado: com a Lei Saraiva de 1881 – vitorioso projeto do partido liberal que reduziu o percentual de votantes de 10% da população para menos de 1% a partir do estabelecimento de um censo literário que perdurou até 1985. A diminuição do eleitorado deu-se *pari passu* ao fortalecimento dos republicanos. A coincidência entre crescimento do flanco republicano e oposição à monarquia é ainda mais flagrante diante do movimento abolicionista: “a adesão

ao republicanismo aumentava substancialmente à época de medidas abolicionistas” (CARVALHO, 2006:322). A abolição da escravidão em 1888 suspendia o acordo tácito entre D. Pedro II e os barões, que tanto estavam no Partido Conservador, quanto no Liberal. As ações autoritárias da princesa Isabel, na função de regente e promotora da abolição, desagradaram a ala agrária do Partido Conservador, que se colocou em prol da queda da monarquia, fazendo do republicanismo o lugar comum a opositores, e um novo reduto aos conservadores (LYNCH, 2006), que se juntaram à ala liberal descontente com o fim do escravismo.

Em 1889, o Imperador não detinha a mesma estabilidade e controle sobre os partidos, havia perdido a autoridade junto às lideranças políticas que o apoiavam, e isso era feito exatamente quando o sistema estava se democratizando.

Ao invés, então, de ver-se legitimado pela atuação reformista, pela eficácia em solucionar problemas, o sistema imperial perdeu a legitimidade que conquistara. É que as principais reformas que promovera atendiam a interesses majoritários da população que não podia representar-se politicamente. A representatividade do sistema assumia assim um caráter burkiano, no sentido de ser representação do país como um todo, em oposição a uma representatividade de natureza liberal que se referisse a interesses específicos de grupos, classes e indivíduos, cujo somatório supostamente resultasse no interesse geral (CARVALHO, 2006:323).

Não é errado ou exagerado aproximar o Brasil Império do ideal democrático. Nabuco estabelece essa relação como uma senda que a Monarquia abriu com a Abolição, tornando-a mais próxima e sensível ao grosso da sociedade brasileira.¹² Depois, o espírito público na Monarquia era aflorado,¹³ inclusive pelo exemplo de entrega do Imperador,¹⁴ enquanto que na República se viu o desvirtuamento desse princípio.¹⁵ Em nenhum dos dois regimes o imperativo era democrático, no primeiro imperava a vontade monocrática, em última instância, a disposição de agir discricionariamente, por parte do Poder Moderador (apesar de tal ação ser feita através de um órgão colegiado, o Conselho de Estado, o qual o próprio Imperador procurava deixar livre de sua influência) (LYNCH, 2007).¹⁶

A nossa revolução que mudou o regime do monárquico para o republicano não teve nenhum caráter social, não libertou escravos, não aboliu privilégios, e foi exclusivamente política, palaciana, digamos. Nada mais fez, segundo Nabuco,¹⁷ que substituir como forma a monarquia parlamentar pela república federativa, e, como símbolo, o cetro pela espada. Dentro desse regime oligárquico, conseqüentemente era mais fácil gerir o sistema político, já que estava esvaziado do social, e por isso acaba sendo mais estável, mesmo mergulhada em paradoxos como o de uma República que juntava ensinamentos de Herbert Spencer com o militarismo.¹⁸

A República teve capacidade de sobrevivência e continuidade, enquanto a Monarquia, quando posta em dúvida, demanda unanimidade. A descrença na autoridade central do monarca significa a ruína de todo o edifício constitucional. Na República, bastava trocar as peças.

a) *Notas sobre o conteúdo do republicanismo brasileiro: liberalismo cientificista e positivismo*

Dois ideários foram fundamentais para dar fundamento à República no Brasil, o positivismo de Augusto Comte e o liberalismo cientificista. O positivismo pressupunha a defesa de um ideal que passava pela instauração de uma ditadura republicana, “pela supressão da hereditariedade monárquica, pela eliminação do parlamentarismo, e pelo estabelecimento da mais ampla liberdade espiritual” (PAIM, 1981:28). Foi através do

positivismo que se fundou a mística democrática e de regeneração social, interpretando a República como uma vingança contra a dinastia imperial, e resultado da redenção dos cativos (PAIM, 1981:33). Os propagadores do positivismo no Brasil eram professores de escolas militares, profissionais liberais, militares e estudantes. O Apostolado Positivista no Brasil advogava que a regeneração completa do homem passava por uma reorganização social “sem Deus nem rei, pelos princípios estabelecidos por Augusto Comte” (PAIM, 1981:39).

Para o positivismo, a República de 1889 permitiu que o Brasil adentrasse no regime científico-industrial pela conciliação da “Ordem” com o “Progresso”. A pretensão dessa ideologia era servir de substituto do concurso católico. Porém, o positivismo se mostrou incapaz em ir além das academias militares e tornar-se o pensamento vivo da sociedade. Ainda que também tivesse igreja e um culto, não conseguiu competir com a religião cristã. Os leigos católicos estavam mais interessados em resolver os problemas da questão social do que os discípulos de Comte (FREYRE, 1962:727-729). O Centro Positivista vivia de um proselitismo míope quanto ao social:

(...) propósito da Agitação Republicana. Sinto sinceramente que o Centro Positivista diminua o efeito e o círculo de divulgação das suas importantes publicações com essa mudança de ortografia, que torna difícil a leitura delas e desvia a cada instante o pensamento do leitor da seriedade da matéria para algum ridículo da transformação ortográfica. Não se podem fazer diversos proselitismos ao mesmo tempo, e se o social é mais importante que o ortográfico, é preciso não sacrificá-lo por este (Joaquim Nabuco. “A Agitação Republicana e o Centro Positivista”[primeiro artigo]. O País. Campo Neutro. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1888).

Aliada à utopia dos comteanos, a República contava com um ideólogo de peso para o regime, João Alberto Sales, irmão do presidente Campos Sales, que conseguia mobilizar positivismo, darwinismo social e as ideias liberais de Herbert Spencer¹⁹ a fim de promover a ordem política pela oligarquia que se autolegitimava.

O Brasil deixava de ter um único representante político — o Imperador — para ter alguns — as oligarquias estaduais. A síntese desse pensamento é o governo Campos Sales (1898-1902), que foi capaz de formar um condomínio extralegal de oligarquias estaduais, junto a um presidencialismo forte e pronto para intervir nos estados quando fosse necessário (LESSA, 1988). Esse foi o modelo republicano vencedor que logrou dar estabilidade à República. Até então, a artificialidade do novo regime, a partir de valores que não condiziam com a sociedade, demandou governos autocráticos, a começar pelos militares — Marechal Deodoro (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), para afirmação do sistema, mas de forma paradoxal, como contrário aos princípios republicanos de participação cívica e o pleno exercício das liberdades civis.

O Exército foi o instrumento para a queda da Monarquia. Para impedir as oposições, a República prefere conservar a todo custo o exército do seu lado. Para Nabuco, isso feria o princípio republicano, bem como o próprio brio do Exército nacional. Pois sua glória surge quando luta pelo país, fora dele. Internamente é sempre um equívoco jogar o Exército contra a população. Há uma incompatibilidade entre o sentido de permanente indisciplina da arte da política — aliado ao ideal de que essa se torne algo comum ao povo, e um governo sob as rédeas de militares. Ou seja, para Nabuco, na política o militarismo não deve entrar. “Um oficial compara o exército a um rosário de pérolas. Nada mais fácil de mover quando ligado pelo fio da disciplina. Quebre-se o fio invisível e as pérolas rolam por todos os lados e desaparecem à vista pelas menores fendas.”²⁰

Depois dos anos iniciais de ditadura, a estabilidade política da Primeira República foi lograda por Campos Sales em 1898 através do saneamento das finanças do país. Ainda assim, o governo civil manteve uma tônica que já era exposta na teoria por Alberto Sales e representa uma das vertentes do liberalismo brasileiro, a *demofobia*. Em *Scienza Politica* (1891), Alberto Sales fundamenta “cientificamente” o governo dos melhores contra o processo de democratização: sufrágio universal, ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, participação pública nas decisões, etc. Nessa chave, democracia era sinônimo de liberalismo oligárquico.

A lógica demofóbica deu resultados perversos à história política brasileira, e que foram avaliados por autores que iniciaram uma tentativa de pensar a sociedade brasileira, como Euclides da Cunha (1866-1909) e Silvio Romero (1851-1914), que discutiram sobre o tema da identidade brasileira. Essa demofobia que se oficializou com a República deixa as camadas populares a par da política e distantes da conquista de direitos fundamentais. A maioria da população permanece sob precárias condições de vida e sob o jugo do autoritarismo rural. Ademais, o novo regime não se preocupou com as previsíveis consequências sociais da abolição da escravidão. A questão social era gritante no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, mas o ponto de vista liberal cientificista, autoritário e materialista, conforme teorizado por Alberto Salles, fazia crer que o econômico daria conta do social.

A continuidade da estabilidade política da Primeira República foi lograda a custo de arbitrariedades e tentativas de conter as demandas populares, como as greves operárias que desde 1891 faziam parte das disputas políticas (CARVALHO, 1987:53). Além de ter sido desfeito o sistema político monárquico, expelindo uma tradição e aprendizado de instituições políticas, a República representou o desprestígio da política no país.

Um autor chave para contrastar com o republicanismo de Nabuco é Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), médico, jornalista e político sergipano que escreveu *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil em 1894* (1983). Trata-se de um trabalho de justificativa da queda da monarquia, de apresentação do movimento republicano como uma história evolutiva, de acordo com a noção de progresso da escola evolucionista de Hippolyte Taine (1828-1893). Para Freire, a República significava reação: à família real, ao regime monárquico e à falta de autonomia local (FREIRE, 1983:31). O autor foi responsável por edificar uma versão da Primeira República que correspondia a um movimento racionalizador, histórico, tributário dos inconfidentes mineiros de 1789, dos revolucionários pernambucanos de 1824 e dos gaúchos de 1835. Junto com Alcindo Guanabara, o constitucionalista sergipano era defensor do florianismo contra os liberais, sobretudo Rui Barbosa, mas também Nabuco.

A lógica do federalismo de Felisbello Freire estava dentro do espectro cientificista, em que o Estado deveria exercer a tutela sobre as localidades, para liberar a sociedade, mas não propriamente para dar voz e voto ao povo. Apenas a retórica era democrática, na prática o projeto não passava de propor um governo autoritário. No conservadorismo científico de Freire, que em tese promove o governo dos melhores, as garantias de liberdade a partir do judiciário são mínimas, prevendo uma atuação restritiva desse poder. Além disso, tal qual Alberto Sales, Freire acredita no liberalismo econômico como alavanca do progresso.

b) O republicanismo de Joaquim Nabuco

A partir da segunda metade do século XIX surge nos países centricos um conjunto de políticas que destoam do liberalismo clássico, e respondem em especial às revoluções

de 1848. A tônica da liberdade individual permanece, mas os pensadores passam a considerar as condições em que ela pode se desenvolver. Na França, é nessa altura que Émile Durkheim faz uso da sociologia como instrumento científico da sociedade para superar o positivismo e o liberalismo individualista. O jurista Léon Duguit, por seu turno, também busca na expansão do serviço público um meio de integração entre instituições e sociedade. Na Inglaterra, o novo liberalismo ou liberalismo social era doutrina radical que teve, entre seus representantes, Thomas Hill Green, John Hobson e Leonard Hobhouse, cuja empreitada pretendia atenuar o individualismo através de uma política pública intervencionista do Estado sobre a sociedade com o fito de reduzir a desigualdade material (LYNCH, 2011:91). Por lá um dos resultados dessa doutrina liberal democratizante se deu no governo do primeiro-ministro William Gladstone (1868-1874 e 1880-1885), que por sinal se correspondia com D. Pedro II, e procurou transformar a política britânica em uma democracia de massas, ampliando o serviço público, a educação primária, e a reforma agrária. A situação era semelhante nos Estados Unidos: um movimento progressista no mesmo período permitiu que a taxa de analfabetismo, que era de 50% em 1800, descesse aos 13% no final do século, junto a um processo de urbanização e industrialização (LYNCH, 2011:92).

No rumo contrário a esses movimentos, o republicanismo brasileiro recorria justamente aos inimigos desses ideários, entre franceses e anglo-saxões, mas sobretudo franceses - Taine, Gustave Le Bon, Paul Delafosse, Yves Goyot, Paul Leroy-Beaulieu, Ernest Renan. O progressismo na política brasileira dessa época é encontrado no projeto monárquico democratizante de Joaquim Nabuco (LYNCH, 2011:93), e não no programa republicano de 1889 – tanto por parte dos liberais cientificistas, como Alberto Sales, quanto através dos positivistas, como Benjamin Constant e Botelho de Magalhães.

Vale insistir que o republicanismo no Brasil ganhou força como reação a uma reforma social. O ponto nodal que gera o movimento republicano de 15 de novembro de 1889 é o 13 de maio de 1888: “o atual movimento republicano pode se chamar a febre traumática do escravismo. Nos Estados Unidos a abolição veio em consequência da febre, no Brasil a febre veio em consequência da abolição” (NABUCO, 1989:373). Diante da Abolição, que demarcou um passo fundamental na saída do paradigma político monárquico para o democrático, e promoveu a entrada do elemento social no debate político, viu-se uma debandada das elites agrárias aos clubes republicanos, aderindo ao federalismo e ao republicanismo. Republicanismo esse que não vinha para se somar ao projeto social-reformista, no qual Nabuco exerceu um papel fundamental. Ao contrário, era uma forma de “eliminar a autonomia do poder monárquico e da possibilidade de uma ‘reforma pelo alto’” (LYNCH, 2011:87). Sabendo disso, a narrativa de Nabuco sobre a queda da monarquia é a de uma verdadeira tragédia, podemos chamá-lo de intérprete de uma decadência, não apenas de um regime, mas de um ideal, de uma prática política, de uma concepção de país.²¹ Nabuco possuía a noção de continuidade histórica que era refratada pelos republicanos e positivistas de 1889.

O modelo de republicanismo de Joaquim Nabuco era o próprio Imperador D. Pedro II. Em *Um Estadista do Império* (1997), faz uma espécie de homenagem aos últimos Braganças que chefiaram o país, ao tratar da entrega pessoal e do desprendimento do poder de D. Pedro I e II, identificando que uma obra fundamental do Império foi a unidade nacional: tanto do Estado, por ter feito a Independência, como da Sociedade, através da Abolição – uma peça em dois atos.²²

O republicanismo nabucoano não era de corte separatista, diferindo da tradição republicana de sua província natal, Pernambuco. Nabuco identificava o conteúdo do movimento republicano que se instaurava no país, e repudiava-o. Não havia sido o Partido Republicano aquele que se sacrificara pela abolição, mas sim o Liberal. E a melhor alavanca para o liberalismo, segundo ele, era o próprio regime monárquico: “sou monarquista por causa do povo, porque vejo no prestígio, na tradição e na força adquirida da monarquia a alavanca de que o liberalismo precisa para altear o proletariado nacional” (NABUCO, 1989:384). Nas enfáticas e otimistas palavras de Oliveira Torres (1966:232), em Joaquim Nabuco “havia o germe de um império descentralizado e mais ou menos socialista...”.

Em outras palavras, o que Nabuco propõe é uma alteração conceitual do regime monárquico, não como o simples governo de um só, mas como aquele mais comprometido com a coisa pública, e o mais palatável a conceber o destino democratizante. E se um dos motos desse horizonte no Brasil passava pela descentralização, a utopia possível era a monarquia federativa. Nabuco apresenta os exemplos da Alemanha, da Áustria-Hungria, da Grã-Bretanha-Irlanda, do Canadá, da Federação Australiana, para apresentar a possibilidade desse projeto dentro da forma monárquica (NABUCO, 1989:377), e que o mesmo serviria tanto para rejuvenescer as instituições monárquicas, como responderia às demandas por autonomia local, tão cara à tradição liberal do país.

O monarquismo de Nabuco desviava-se de seu núcleo reacionário, e perpassava clássicos do liberalismo, como alguns intérpretes da monarquia constitucional inglesa (Burke, Hume, MacCauley, Montesquieu, Constant, Bagehot). Mesmo tendo afirmado que a ideia republicana no Brasil pode ter sido concebida no 13 de maio de 1888, o fez referindo-se ao conteúdo, e não à forma. Explicava que uma substância precisa de um tempo para desenvolver-se e florescer (NABUCO, 1949:373, em 11/06/1889).

O regime republicano, tal qual se avistava, permitia mais poder à chefia do Estado e suspendia o rumo liberal social. O que Felisbelo Freire dizia ser a segurança do governo civil, a Presidência da República, Nabuco, lendo Walter Bagehot, conclui como o perigo da concentração de poder, como no caso norte-americano: “o Presidente dos Estados Unidos tem infinitamente mais poder pessoal que o rei da Inglaterra” (NABUCO, 1989:380). E por isso não via razão para esse tipo de mudança no Brasil, pois não se atingia a raiz do problema: “mudar por mudar não é resolver o problema, é fugir. O problema brasileiro é social, e não político. Eu não quero a monarquia como fim, mas como meio. Ela é a arma com que se pode conquistar a emancipação do povo” (NABUCO, 1989:381, em 28/11/1888).

A conclusão sobre essas posições de Nabuco é a de que a urgência da reforma social clamava por uma espécie de um despotismo ilustrado, em caráter instrumental, urgente, e interventor, no papel do Imperador. A monarquia era capaz de garantir a efetividade das reformas, pois contava com um elemento neutro, livre das amarras políticas e econômicas, acima dos interesses materiais que permeiam a classe política.

Nabuco desenvolve uma teoria republicana a partir do esquema monárquico. Assim, o regime político é mais coerente na medida em que se aproxima do princípio, sem a crença de que se depara com o princípio dentro das instituições, como quem procura pote de outro no fim do arco-íris. A partir de uma antevisão sociológica, Nabuco entende que o encaminhamento da Monarquia — sobretudo pelo que fizera em 1888, e pela dedicação à coisa pública da Casa Imperial — traçava um rumo mais claro e eficaz à solução dos problemas do país, estando mais aliada aos ventos democráticos, do que aquilo que

se apresentou com a instauração da República, de viés individualista, cientificista, e militarista.

37

Ao insistir que a República de 15 de novembro sepultou a real república que havia no Brasil, criada e formada na Monarquia, percebe-se que a interpretação de Nabuco analisa o novo regime como um idealismo. Não apenas isso, mas um idealismo utópico, que apresenta uma senda, um destino a ser alcançado, cujos fatos e os momentos não corroboram. A sentença do autor é que esses ideais jamais seriam implementados.

‘Não precisais ir mais longe, dir-me-ão os republicanos sinceros; nós reconhecemos o descrédito da república perante o país, mas o ideal está intacto e com eles podemos corrigir as deformidades e restituir à estatua as linhas puras do modelo.’ Sempre tive o maior carinho por essa linguagem que se pode chamar patética.

(...) O que, porém, sustento é que esses crentes do ideal republicano, não sentirão mais, na república, a opinião curiosa e simpática em tomo dele como na monarquia; sentirão apenas o vácuo que rodeia em toda a América Espanhola os seus companheiros de apostolado. ‘A monarquia, escrevi uma vez enquanto ela ainda existia, há de ficar sendo na história a idade do ouro da idéia republicana no Brasil.’ O papel do republicano na atual república, onde o consideram uma espécie do esqueleto Egípcio, e o tratam de chapéu mole, será quase uma ocupação de sereno, encarregado de proclamar as horas mortas da noite à população adormecida (Joaquim Nabuco. “Outras ilusões republicanas IV. A Decadência do Ideal Republicano.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Domingo 18 de Outubro de 1891. No. 193)

Outro apontamento sobre a teoria nabucoana de república é a combinação eficaz para aliar duas antíteses: tradição e modernização, pois permitia, com a Monarquia, manter os valores, o simbolismo, e o caráter cívico da sociedade brasileira, e ao mesmo tempo perseguir um ritmo de reformas liberais e sociais. Em resumo, duas características republicanas da monarquia que foram paradoxalmente perdidas com o 15 de novembro de 1889: o compromisso primordial do poder com a coisa pública, e a vida cívica.²³

II - A fase monarquista de Nabuco: manutenção da fé liberal, republicanismo e o catolicismo social.

O republicanismo que promoveu o 15 de novembro, ao invés de uma conseqüente marcha liberal no país, foi o resultado de um radicalismo degenerado e em franca oposição à tradição política do Brasil Império. Com Thiers, Nabuco disse ter aprendido que “a forma de governo não é uma questão teórica, porém prática, relativa, de tempo e de situação, o que em relação ao Brasil era um poderoso alento” à sua predileção monárquica (NABUCO, 1974:65), já que sustava o antigo monopólio jacobino sobre a ideia republicana.²⁴ O cenário inaugurado em 1889, de uma república marcada pelo envolvimento de positivistas, jacobinos, e liberais cientificistas foi um duro golpe à utopia liberal de Joaquim Nabuco.

No balanço da política imperial apresentado em *Um Estadista do Império* – sobre a trajetória de Nabuco pai, e que nos serve como uma imensa pintura da história nacional, de um percurso descendente, cujo legado estava sendo sepultado pelo novo regime – o autor descreve a política monárquica através de uma curiosa metáfora: a de uma “verdadeira ponte suspensa” (NABUCO, 1997:1098). Não que fosse uma obra em si, e para si, ou para um séquito de nobres; ao contrário, era elevada, ousada, mas permanecia distante. Significa que não foi apenas a República que surgiu sem povo, o Império padecia

do mesmo mal, faltava a relação entre instituições políticas e sociedade. O projeto saquarema que edificou essa “ponte suspensa” sofria abalos desde 1868, ainda que, desde então, tivesse sido responsável pelas principais transformações progressistas do país.²⁵ Acontece que esse modelo centralizador, de baixa capilaridade local, pagou por uma dívida que não era sua, e que a República apenas ampliaria²⁶ – a desse distanciamento entre: o país ideal, político e dos projetos, e o país real, concreto e imerso em problemas sociais.

Para resolver o problema da ponte suspensa, assim como o pai, Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco pretendia criar as estacas que suportassem a imensa obra monárquica junto à sociedade. Considerava que a partir do modo equilibrado com que D. Pedro II regia o país era possível fixar as bases de um liberalismo moderado, com o liame nos clássicos, como Benjamin Constant, Tocqueville, e na série de instrumentos oriundos do liberalismo social da segunda metade do século, sem esquecer a importância da religião católica para o indivíduo e para a civilização. O caso exemplar dessa tentativa de conexão entre o grande projeto e a sociedade foi o movimento abolicionista, que culminou na assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel em 1888. Tratou-se de um exercício institucional e cívico bem sucedido, no qual o conjunto nacional voltou-se para uma reforma urgente, progressista e norteada pela liberdade. Ali estavam presentes: um movimento social, o sentimento religioso cristão, e a força do governo.

Com a queda da monarquia a ponte suspensa desabou, sem que nada a substituísse. Nabuco parecia não ver fundamento para o liberalismo social naquele novo regime. Desolado com a derrota do federalismo monárquico, encontra refúgio na religião, o que nos permite inferir que esse reencontro com a fé cristã é mais um efeito do descaminho que o ideal liberal tomou no Brasil.

O calcanhar de Aquiles da obra nabucoana era o destino liberal, que nada mais era do que um destino civilizacional. O republicanismo não se descolava nem da ideia de liberdade nem de sua concepção de monarquia, ou de religião. A fé contribui para sustentar uma esperança no mundo, conectando o espírito entre o passado e os desígnios do presente, assim como para enfrentar o ambiente de crise civilizatória. É nesse sentido que o catolicismo preenche a armadura crítica do autor diante do que observava como o desandar da carruagem no Brasil, com o positivismo, o liberalismo cientificista e o militarismo da Primeira República.

a) *A República como crise civilizacional*

Em carta ao Almirante Jaceguay sobre o papel dos monarquistas na República, Nabuco escreveu: “tudo que for destruir, diminuir a acumulação material e moral deixada pela Monarquia é favorecer a República: o Brasil quanto mais civilizado mais tenderá para a Monarquia; quanto mais bárbaro, mais se desinteressará dela” (NABUCO, 1999:88 – *O dever dos monarquistas* [1895]). É curioso que o conteúdo deste trecho não se aparta da noção guizotiana sobre civilização. No *Cours d’Histoire Moderne* que François Guizot proferiu em 1828 e deu conta da história da civilização, os resultados importantes desse longo percurso do Ocidente referem-se aos valores que assentam a sociedade, e instauram-se nas instituições, assim como na organização política moderna, na representação, e sobretudo na ideia de liberdade. Nesse sentido, de acordo com Nabuco, a história da civilização brasileira estava em sintonia com o regime monárquico por conta dos resultados que era capaz de apresentar em termos de valores, de sentido para as conquistas liberais.

Ao denunciar os excessos militaristas, positivistas, individualistas, cientificistas, da Primeira República, a partir da imagem da Monarquia, Nabuco mobiliza os argumentos afeitos à tradição liberal. Nesse ínterim, a Monarquia, a religião, as reformas sociais, eram instrumentos dessa tônica – fios condutores de toda a obra civilizacional. Por outro lado, a República de 15 de novembro era o reflexo de uma crise civilizacional para o país.²⁷ “Cada vez me convenço mais de que a civilização no Brasil acabou com a monarquia” (NABUCO, 2005b:68, escrito em 17 de outubro de 1873, no seu Diário)

O liberalismo nabucoano era um misto de influências, quase que incorporando as fontes do ecletismo filosófico do pai,²⁸ de leituras inglesas e francesas, realistas e espiritualistas, católicas e seculares, Renan e Bagehot; juntando-se ainda a sua dedicação às reformas sociais²⁹ – mesmo reconhecendo a falta do sujeito para realizá-las (NOGUEIRA, 2012:135). Esse liberalismo não podia transitar pelo *darwinismo racial*, tão em voga na época e que envolvia a intelectualidade liberal-republicana da época.³⁰ Para Nabuco, influenciado por Carl F. P. von Martius,³¹ os ex-escravos deveriam integrar a nação e construí-la; vendo nesse aspecto a grandiosidade da nacionalidade brasileira, de absorção da diversidade na unidade.³² O problema é que esse projeto era coetâneo com o regime político monárquico, e não com o republicano instaurado e o respectivo arcabouço ideológico que carregava.

A tradição liberal da qual Nabuco se filiava não aceitava o militarismo, tampouco o judiciarismo como substitutos idôneos do Poder Moderador. Não trocava Benjamin Constant por Herbert Spencer, nem a herança constitucional europeia pela adequação do país às repúblicas sul-americanas. Aliás, o mito do republicanismo sul-americano é posto em xeque. Dizia Nabuco que “a republica nos países latinos da América, é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem” (NABUCO, 1890:14). No plano nacional a descrição era precisa, a República superando a Monarquia era como ver as instituições da Roma Antiga sendo invadidas pelas vozes do triunfo bárbaro (NABUCO, 1997:1124).

Segundo José Veríssimo (*apud* NABUCO, 1997:1306), políticos como Rui Barbosa se decepcionaram com o iliberalismo da República de 1889, ao passo que Nabuco antecipou-se e jamais nutriu tal gênero de sentimento. É certo que seu apelo social contribuiu para que de antemão estivesse vacinado contra as desventuras em que o liberalismo fora colocado. Além do mais havia um dado que entrava em pauta de modo gritante: o sistema econômico. O funcionamento do capitalismo àquela altura não parecia realizar o sonho da ampliação da liberdade. Ao contrário, para Nabuco, aprofundava incertezas e problemas sociais. O político pernambucano nutria uma ojeriza à política de interesses, à desigualdade social e econômica, e toda a sorte de consequências nefastas da economia de mercado que se apresentava irascível no advento do novo século. Daí porque procurava sentir em suas memórias o Brasil velho, da sua *Massangana* (fazenda em que nasceu e cresceu integrado aos escravos), da nação pré-capitalista. Não porque aquilo era a saudade do atraso, mas porque ali as relações sociais não estavam maculadas pelo imperativo econômico, pelo interesse.

Se para os republicanos o novo regime de 1889 vinha acertar as contas do Brasil para com o atraso, aos monarquistas a República representava uma desconexão com a consciência nacional. No viés de Nabuco, o mais grave era o descompasso entre o novo regime e o projeto liberal-social. Por longas décadas o país havia sido uma exceção na América latina: poucas turbulências internas, depois da Regência viveu-se praticamente sem guerras civis,

ordem pública instaurada; e tudo com o regime monárquico, diferente do que ocorria nos demais países latino-americanos. A República no Brasil, portanto, era tida como a porta de entrada para males tão afeitos àqueles países, e que desintegraria os valores nacionais. Sem contar que um dos argumentos, importantíssimo à teoria democrática contemporânea, e reivindicado na época, era o de que a influência da sociedade sobre o governo fora maior na Monarquia do que na República.³³

Há outro aspecto sobre esse descenso civilizacional da passagem da Monarquia à República. Não havia prova de que esse novo regime, em lugar algum do mundo, fosse responsável por um trunfo que reunisse Estado e sociedade em um projeto comum. Os problemas não seriam resolvidos ao se imitar os Estados Unidos ou a Argentina, matrizes constitucionais da Primeira República brasileira (LYNCH, 2012). As demandas sociais de um país eminentemente agrário como o Brasil fazia com que o tempo social característico fosse mais lento que o europeu e o anglo-americano (FREYRE, 1962:641), ou mesmo o argentino. O fato é que a América latina, tendo o cunho anárquico, sofreria com o vazio de autoridade para aclimatar a liberdade, algo que já estava fora de discussão nos países centrais. Sabia-se que as transições institucionais eram por vezes necessárias, mas como o relógio da história não roda em todos os lugares do mesmo modo, no igual ritmo, logo, a mudança na Europa não era espelho para o Brasil, e vice-versa, o mesmo se dava para os Estados Unidos. Ademais, algo fundamental que diferenciava Brasil e Estados Unidos era que neste havia separação entre Estado e sociedade; no Brasil não. Aqui, para se ganhar dinheiro era preciso apegar-se ao Estado, enquanto lá a marcha para o oeste era o ganhar dinheiro independente do governo. Essas considerações eram retidas por Nabuco, quando antes de converter-se ao americanismo, destacava que a nação americana não estava no patamar de substituir a europeia, sendo ainda mais difícil fazer dela o devir da trajetória brasileira (NABUCO, 1999:90 em *O dever dos monarquistas*, 1895).

b) O lugar da religião em Joaquim Nabuco

A presença da religião no pensamento de Nabuco, nesse período de defesa da Monarquia e crítica à República de 1889, justamente dosa a sua coerência interpretativa em procurar coabitar dinâmicas reais do país com os ideais a serem alcançados. Observa que o cristianismo tinha enquanto horizonte de ação sobre o mundo a ação social, ao mesmo tempo que mantinha os ensinamentos espirituais a cada um para a perfeição humana. Assim, a religião era uma imensa escola espiritual para fazer a aliança entre o que precisa ser mantido do passado e o que deve ser resolvido para o futuro.

Nabuco não chegou ao reencontro com a religião pela política. Ao contrário, foi arremido às formas de contato direto entre essas esferas. No quebra-cabeça do ideal liberal se dava conta da peça chave que é a religião para as sociedades, algo que admitiu não ter percebido naquela época da Questão Religiosa (1872-1875), por exemplo, quando discursou na maçonaria contra o partido ultramontano (NABUCO, 1873).³⁴ Em 1879, declarou que “quando o catolicismo se refugia na alma de cada um, eu o respeito: é uma religião de consciência... Mas do que sou inimigo é desse catolicismo político, esse catolicismo que se alia a todos os governos absolutos” (NABUCO, 1949:106).³⁵

Sua relação com o catolicismo era individual. Deste mesmo modo enxergava na religião um vínculo harmônico, como uma linha de condução, de apoio entre aquilo que lhe era mais caro politicamente e esteticamente, formando um liame entre monarquia, senso estético apurado, preocupação social e, acima de tudo, o progresso liberal. Era dessa maneira que Nabuco resolvia a antinomia entre religião e política. O que nos permite arriscar a dizer

que o catolicismo de Nabuco foi uma espécie de escudo ante o positivismo e o liberalismo materialista e cientificista da primeira República.

41

As relações entre o juízo estético, a base moral, a religião e a própria adesão monárquica envolvem o pensamento nabucoano da fase monarquista. Enquanto o juízo estético oscilava, como uma agulha imprecisa no mostrador, o ancoradouro a salvá-lo do naufrágio moral era a aspiração ao Absoluto. Antes, a religião lhe parecia “o remanso das mulheres e das crianças” (NABUCO, 1974:80).³⁶ Mas já na década de 1870 faz sua primeira conversão de espírito, deixa o ímpeto republicanista para mergulhar no espírito monárquico, refletindo que aquele signo atuava, em si, “como uma parcela da arte que está misturada com a história e que de algum modo a diviniza” (NABUCO, 1974:81).

A conversão ao catolicismo se dá em 1892, em Londres. Para Nabuco, a religião aparece como um sinal de maturidade da vida espiritual, e uma base de apoio a toda filosofia moral e estética. A adoração da beleza e da grandiosidade desse elemento da vida integrava-se às virtudes imperiais. Não como um idealismo francês, mas segundo a própria constatação de que “o governo mais livre do mundo era um governo monárquico” (NABUCO, 1974:101). A dupla influência do governo inglês e da liberdade inglesa, por natureza, monárquico, era afiada pelo modo como o político pernambucano encarava a religião católica: sinônimo da mais sublime beleza, veneração, exemplificação de entrega e sacrifício. Afinal, política e religião encontram-se no que têm em comum: elevar a condição moral do homem. A principal demonstração desse equilíbrio era o espírito inglês, capaz de fazer prevalecer nas reformas o argumento moral ante o utilitário (NABUCO, 1979:108).

O apurado senso estético de Nabuco perpassava as análises políticas, distanciando-se de um olhar frio sobre o objeto - como se pessoas, crenças, instituições, tradições, e símbolos fossem peças de uma engrenagem, como um engenheiro que trata da sua engenhoca. A relação com as coisas do governo era diferente para Nabuco, um tanto quanto mais complexa, humana, especiosa, espirituosa:

Isto quer dizer que, para mim que não abraço, nem defendo nenhuma ideia senão pela sua poesia, isto é, pelo que ela tem de humano — a poesia não é senão o fundo humano das coisas — a monarquia ou a república, não me fala à imaginação senão onde ela está identificada com a tradição nacional ou onde encarna a aspiração popular (NABUCO, 1989:380).

O envolvimento nesses temas fronteiriços entre as coisas públicas e o agir individual levamos a perceber que a fase monárquica de Nabuco significa uma verdadeira “*pedagogia do virtuosismo*”. Uma ideia não valeria a pena se não fosse boa, assim como bela, e conciliada com a ordem transcendente, para que na vida prática alavancasse uma regeneração moral, de cada um por si próprio, e da sociedade, subsequentemente. Tanto quanto na política, dizia ser emergente uma reforma dos costumes, que fosse de acordo com o país real.

É preciso reformar os costumes e criar na sociedade o senso moral que falta. Ora, a verdade é que a república não é um partido que esteja cristalizando, é portanto uma liga de todos os diversos elementos de nossa sociedade em estado bruto. Eu, que penso que não há no mundo um mais admirável reservatório de honestidade, de dedicação, de desinteresse, do que o nosso povo, não creio que também possa haver uma classe política mais indiferente, exceto pela inveja, a todas as postergações do direito e da moral do que a nossa (NABUCO, 1989:399, artigo de 30/12/1888).

No trecho acima está implícita a crítica quanto a petulância moralizadora da qual os republicanos são tributários, como se fossem paladinos da probidade, da honestidade,

da mais alta dedicação à coisa pública. Quando no fundo, não o eram, e haviam destituído aquilo que mais se enquadrava naqueles princípios. O monarquismo e o catolicismo correspondiam a modos de se enxergar a vida social e política, contra o credo materialista e cientificista daquele liberalismo em voga, que impulsionava a República.³⁷ A lógica da moderação nabucoana preconizava que a fé serve para conduzir o compromisso moral das pessoas, não subserviente a retóricas científicas, ideológicas.

O catolicismo expresso por Nabuco era eminentemente liberal, e a serviço do desenvolvimento humano, pensando no cristianismo como a religião do homem. Condenava o clericalismo, sobretudo o ultramontanismo, mas respeitava o papel da Igreja, e tornou-se fã do papado de Leão XIII (1878-1903), vendo neste a possibilidade de conciliação entre democracia e liberalismo.³⁸ Aliança que encontraria barreiras numa República de caráter cientificista e insensível ao social. Não foi à toa que, para estabilizar o regime Campos Sales, movimentou-se para conquistar o apoio da Igreja ao regime, tendo com Leão XIII, em Roma, no ano de 1898, antes de iniciar seu governo.

Na República de 1889, oficialmente acatólica, o Positivismo³⁹ não logrou ocupar um papel preponderante politicamente, mesmo que tivesse formado um dos ministérios do governo provisório. Deixou vastas consequências na formação escolar, científica e, sobretudo, nas academias militares. Mas enquanto substituto da metafísica religiosa, não fora capaz de gerar melhores resultados em prol da superação do problema social no país, do que por parte do laicato católico e da própria Igreja (FREYRE, 1962:729). Escolas, hospitais, orfanatos, e uma série de trabalhos burocráticos como registro de nascimento eram mantidos pelas igrejas ou por ordens religiosas que logravam maior proximidade com a sociedade do que os agentes das teorias científicas. Enquanto o positivismo, difundido entre os militares, assegurou a sua própria privação frente às demandas sociais, e esteve a serviço do liberalismo industrialista no Governo Provisório.

A saída da religião, assegurada institucionalmente, ainda não estava ambientada culturalmente no seio da realidade social do país. Apesar de nunca ter sido um país reconhecidamente piedoso, a religião deixara marcas profundas, em sua formação e no ethos social, que não seriam apagadas facilmente.

c) A Abordagem moderna da religião em Minha Fé.

Embora não se trate explicitamente de um itinerário espiritual, restam poucas dúvidas de que a vontade da conversão de Nabuco ficou estampada no livro escrito em francês sob o título de *Foi Voulué* (1900) e subtítulo *Mysterium Fidei*, e que ganhou tradução para o português com o título *Minha fé* (1985). “De Renan, de Spencer, do evolucionismo, de tudo enfim que o afastara da fé, tratava sem azedume. Como um sentimental, voltara pelo mesmo caminho pelo qual partira: mais pelo coração do que pela inteligência” (VIANNA FILHO, 1981:574). A conversão de Nabuco foi marcada mais pelo temperamento, pelo lado afetivo, que racionalista ou dialético. Além da “volta pra casa”, ao lembrar Massangana, da infância, da relação com menino Jesus quando criança, e a intimidade das primeiras lições religiosas, Nabuco discorreu sobre as influências literárias, que com Renan havia apreendido o divórcio entre imaginação e razão, e que por algum tempo oscilava entre Renan e Chateaubriand, revelando que desde os tempos de estudante sentia a nostalgia da fé desaparecida, e lutava para salvá-la. A identificação com um personagem de Chateaubriand, René, fora tamanha que relampejou ao pai, em uma carta, o próprio suicídio, seguindo o modelo encantador. A influência paterna, no entanto, vencera a da embriaguez melancólica pela literatura. Na ressaca, deixou René de lado,

e já no período monarquista de sua vida, em que o retiro era o ostracismo da política,⁴⁰ a entrega aos encontros monarquistas, ao estudo da história e ao reencontro religioso, a influência de Chateaubriand era revisada, apesar da grande fascinação pelo escritor francês, faltava-lhe a chama religiosa. Na Carta de Petrópolis de 28/01/1893, Nabuco escreveu que “Nesses últimos anos fez-se em mim uma perfeita evolução católica e a estou escrevendo, ainda que não para o público” (*apud* VIANNA FILHO, 1981:575).

De pronto, *Minha fé* pode ser interpretado como um livro de conversão. Mas vai além, promove uma discussão mais ampliada, não apenas pessoal, pois perpassa a religião no seu aspecto íntimo e social. Trata-se de uma tentativa de justificação e de conciliação, para mostrar a si mesmo – primeiramente – o lugar da religião. Destarte desenvolve várias questões: a relação entre fé e ciência, a ação de Deus sobre a matéria, os equívocos do ceticismo puro, o absurdo em pensar que o homem poderia ser o senhor exclusivo do seu destino, e como a fé fundamenta o guia maior do bom e do belo.

Na primeira parte do livro, Nabuco faz a ponte entre a fé da infância e o retorno à fé da maturidade, e explica como a religião para ele foi “intimizada”, com Deus e por Deus, não como algo fora do ser. Aqui já aparece uma perspectiva que envolve dois aspectos marcantes da sua concepção de religião, a estética e a moral. Para ele, a religião é humana, tal qual a humanização do Cristo, algo influenciado por Renan, que procurou fazer da religião a arte que daria o compasso de um movimento de renovação estética. Em suma, a religião significa o envolvimento íntimo, como uma sedução do espírito, que preenche o ser e nos leva ao equilíbrio e ao senso mais alto da estética e da moral.

O termo “fealdade moral” é empregado para identificar como o distanciamento de Deus tem efeitos na beleza das coisas (NABUCO, 1985:66). Era como apartar-se da “perfeição infinita”. O relacionamento de Deus para conosco é concreto e se revela na elevação da alma sob um parâmetro voltado à perfectibilidade artística, tanto quanto no sentido moral. Para Nabuco, se Deus permanecesse incomunicável, a moralidade seria apenas um simulacro. Significa que a moralidade é dependente da presença divina. Deus é o imã moral que atrai o universo. Nesses termos o Cristianismo era sintomaticamente uma revolução moral, que permitia “a mudança do eixo moral da humanidade, do corpo para a alma” (NABUCO, 2005b:224).

A respeito das possíveis antinomias entre religião e ciência, Nabuco moderniza a primeira e compreende as limitações da segunda, a fim de conciliá-las. Escreveu em seu Diário, em 28 de fevereiro de 1904:

Eu tenho convicção de que a ciência há de encontrar a Deus; onde, quando? Não sei, mas que algum dia, no seu caminho, ela se há de encontrar com Deus, não tenho dúvida. Nesse sentido, a ciência também é divina como a religião; ora, primeira condição da ciência é a liberdade. (...) O domínio da religião é a virtude, é o sentimento da comunhão divina, esse é o seu papel, a sua grandeza (NABUCO, 2005b:297).

O infinito, a fé como um “instinto irresistível” ao homem, o destino da alma etc., são problemas incapazes de serem tratados completamente pela ciência. Esse envolvimento perpétuo entre homem e Deus é da competência religiosa. Enquanto a ciência é o reflexo das coisas, que trata dos fatos e envolve o homem pela curiosidade, a religião é o reflexo de Deus, lida com a verdade, e persegue o homem naquilo que diz respeito à sua consciência.

E por que não dizer: “religiosidade individual”? Nabuco não utiliza essa expressão, e uma explicação a se presumir está no caráter essencialmente coletivo da religião, que para ele evidencia-se na obra da Criação que fundou a coletividade, de modo que o ponto de ligação entre as massas é a religião, como um grande sistema moral do mundo. Diz ele: “pretender praticar uma religião pessoal seria algo idêntico a pretender criar uma língua só para mim”(NABUCO, 1985:74). Após ter resgatado a fé, o propósito era resgatar a religião que harmonizasse o vínculo espiritual às concepções morais. Contudo, em nenhum momento ele utiliza o termo “escolher” uma religião, a descrição é como se estivesse tateando esse atributo que toca a alma, a fé, para descobrir as razões de ter se deparado, novamente, com o catolicismo, algo que fez justamente quando residia na Inglaterra.⁴¹

44

Com uma forte carga simbólica, a narrativa nabucoana retrata a grandiosidade da estrutura católica, que ia sendo recomposta em sua alma a partir das ruínas que restavam da fé de quando era menino.

Essa revelação a respeito da sua “fé procurada”, “fé querida” (*Foi Voulué*) envolve uma série de considerações que fogem do catolicismo ultramontano, do *Syllabus*, que por outro lado crê na abertura da Igreja com o Papa Leão XIII, em que a doutrina social da Igreja permitiria a compreensão social da religião e um avanço na função da religião no mundo. Nabuco mostra como a Igreja salvou parte do simbolismo do naufrágio do paganismo bárbaro, que era marcado pelo politeísmo (grande criador de símbolos), e assim faz algo à *la Guizot*, ao contar que cada religião fornece um novo impulso à humanidade, como sendo a alma do desenvolvimento das civilizações, modelando o caráter, a língua, as artes, os costumes, as instituições. Até mesmo o patriotismo, segundo Nabuco, só existe por intermédio da fé, pois só ela é capaz de unir tão universalmente os seres em um culto comum como aquele. Nenhuma associação ateia em nome da pátria é mais forte do que a evocação em nome de Deus.

Apesar de afirmar que a verdade das religiões reside em seu princípio moral, e que todas elas são verdadeiras no sentido em que a pequena e a grande medida do bem são igualmente verdadeiras, diz não encontrar rival para o Cristianismo. Segundo Nabuco, o cristianismo era superior pelo conceito de queda e de resgate do homem, e nesse sentido podemos esclarecer como a ação de Deus no mundo é moral, seja por amor ou porque funda uma responsabilidade em cada ser tocado pela fé. O Cristianismo preparou o patrimônio moral antigo e o legou à sociedade, melhorando-o, para o tempo vindouro. Desse modo avalia a obra civilizacional da religião de acordo com três etapas temporais: a era da fé, da caridade e da esperança. A primeira etapa temporal foi a da fé, preparada pelo Cristianismo, o que explica como a Idade Média foi um tempo de conservação, de criação de um fechamento especial para a concentração e cultivo desse atributo, como se daquele núcleo envolvido pela mística da fé fosse necessário para preparar a humanidade ao tempo futuro. A segunda etapa, que para ele estava surgindo, correspondente à modernidade, era a da caridade. E, a última que fecharia o ciclo antes do tempo apocalíptico, quando o número dos eleitos já estiver concluído e consagrando o segundo advento de Cristo, seria a esperança. A cada tempo há uma relação com a disposição da alma humana, a cristã primitiva é a fé da Idade Média; a alma cristã moderna é a caridade; e a pós-moderna, que esboça uma alma cristã futura, é a esperança.

O Cristianismo apresentado por Nabuco é de uma consciência moderna, já da “saída da religião” (GAUCHET, 1998; 1985),⁴² marcado pela preocupação em adequar a existência

da fé com as tarefas do novo tempo. De algum modo a própria noção religiosa de Nabuco carrega um traço positivista, não na medida anticlerical, mas enquanto apresenta um escalonamento do tempo, ao tratar evolutivamente a presença da fé no mundo.

45

Além de *Minha Fé*, outra obra em que o tema da religião e da fé aparecem enfaticamente é nos seus “*Pensamentos Soltos*” (1906). Escrito em forma de aforismos, que fez o crítico Faguet lembrar-se de Nietzsche, o livro tem como tema primeiro a religião. São várias reflexões a respeito de como a alma humana se sobressai, se eleva diante das vicissitudes da vida material. O autor busca explorar espiritualmente a vida, e como ela ensina, cobra, pede, exige, mortifica, renasce, obscurece, reluz. O papel da religião nesse complexo é o de ser o maior consolo a todos os homens, pois se a pior escravidão é a da incerteza quanto a fé, e sendo a condição do homem a de livre-árbitro de suas ações, a religião tem o poder de fornecer esse caminho de libertação, capaz de impedir que a aspiração humana ao absoluto se perca. A religião do homem era o Cristianismo, e não o Positivismo.⁴³ Era por excelência o alimento da humanidade, o alimento do vínculo com o espírito: “A humanidade pode sobreviver à religião, mas só como já sobreviveu a tantas formas perdidas de sua imaginação e do seu gênio; isto é, pode sobreviver-lhe, mas continuará a viver dela” (NABUCO, 1949:15).

Considerações finais

A palavra-chave para a compreensão do pensamento de Nabuco a respeito da relação entre religião e política é *conciliação*. Da mesma maneira que a Igreja foi a instituição que se moldou no tempo, e na modernidade ela tornou-se “legitimista, constitucional, democrática” (NABUCO, 1985:118), o papel das religiões no mundo é purificar a liberdade e estimular a ciência. Para Nabuco, até mesmo o socialismo poderá se refugiar e se rejuvenescer na Igreja. Como a Igreja já não conta com um bloco científico, é através da moral que pode dar a sua contribuição ao mundo, equilibrando-o.

A religião, como a política, demandam uma fé, seja ela construída a partir da existência de um poder ou princípio superior, sobrenatural, ou de algum projeto pragmático – no caso da política com “p” minúsculo. Entre o mundo das vontades transcendentais, do desejo de consolação para esta vida e a esperança de um além, a crença religiosa se instaura como uma centelha que move o homem a determinadas práticas morais. Assim como na religião, uma direção política corresponde a um conjunto de objetivos que emanam da vontade de poder, de mandar, de executar tarefas públicas e pôr em prática determinados ideais.

Para Nabuco, os brasileiros não estavam preparados para uma República que, ao invés de fortalecer a autoridade central ou nacional do Chefe de Estado, concebida em acordo com uma autonomia administrativa das províncias, propôs-se a realizar o contrário. Os positivistas, no caso, não lutavam contra o autoritarismo, mas sim contra o que lhes parecia arcaico, a Monarquia (FREYRE, 1962:17). Toda a lógica de conciliação, de equilíbrio entre liberalismo e políticas sociais, ciência e religião, autoridade e autonomia, caiu por terra no período de ostracismo de Nabuco para a atividade política direta, mas sua contribuição crítica nos permite visualizar uma teoria do republicanismo que não era antirreligiosa, tampouco anticlerical.

Embora Nabuco apresente uma abordagem teísta fortemente estética, e embora a sua própria reconciliação com o catolicismo estivesse marcada pelo profundo esteticismo, esse movimento prenunciava um outro acerto de contas: com a política (SALLES, 2002:174). Melhor dizendo, com um modo de analisar a política, o que encaminha no

próprio modo como passa a ponderar o republicanismo na Monarquia e (sua ausência) na República.

46

A reação ao materialismo republicano vinha a calhar, e a reflexão nabucoana se volta para a descrição de um aspecto espiritual na vida política da sociedade.⁴⁴ A centralidade da religião na figura humana fazia parte de uma esperança de salvação para a própria sociedade como um todo.

A busca pelo absoluto faz parte da naturalidade humana, sendo as concepções contemporâneas a Nabuco, como o utilitarismo, o liberalismo cientificista, o positivismo, medidas que limitam a natureza humana. Ao tratar da religião em *Minha Fé*, procurou resolver a tensão que guardava em si, entre o ascetismo religioso e a ciência, sem voltar-se a uma dessas teorias materialistas. Analogamente, o problema político que individualmente – e que o próprio Brasil – enfrentava encontraria solução através daquilo que a religião tinha de valor: forjar e alimentar as virtudes.

A religião dava o alento a uma previsão de futuro perversa à vida material. Via que o mundo estava se dividindo entre dois cultos: a Deus e ao dinheiro. A visão decadentista de Nabuco é clara na crítica ao mundo dominado pelos plutocráticos, por homens sem espírito e ávidos por ganhar o mundo.⁴⁵ O suspiro e o revés dessa história era que as massas, sem dinheiro, voltariam-se ao culto divino, que na sua versão mais sincera é avessa a tudo aquilo que é mais valorizado pelo culto do dinheiro.

Esse mundo ausente de virtudes era oposto à própria ideia republicana. Como um “método” à perfectibilidade das instituições e da vida social (CARVALHO, 2003:78), essa ideia tinha como fonte, não um modelo pronto e acabado, mas uma verdadeira lição espiritual. Em praticamente todas as obras de Nabuco do período aqui destacado, entre 1898-1898, sente-se a relação montesquiana entre características “espirituais” dos governos e a legitimidade conferida a cada forma política, como a virtude cívica à República.⁴⁶

Era o espírito inglês que o envolvia, cujo alimento era a religião.

O que, entretanto, na Inglaterra alimenta, renova e purifica o patriotismo é outra espécie de responsabilidade: a do homem para com Deus. Só quando o orgulho britânico e a consciência cristã estremeçam juntos e se unem em uma mesma causa, é que o sentimento inglês desenvolve a sua energia máxima. A inspiração da vida pública na Inglaterra vem em grande parte da Bíblia. A política e a religião sentem que terão sempre muito que fazer em comum, que uma e outra têm o mesmo objetivo prático: elevar a condição moral do homem, e o efeito desse último e, talvez, principal elemento do espírito inglês, em relação às reformas, é fazer o argumento moral prevalecer sempre sobre o argumento utilitário (Joaquim Nabuco. XVI. *O espírito inglês*. A Minha Formação Política. No. 994, 1896).

Nabuco desenvolve um republicanismo condizente com o alargamento da esfera pública. O primeiro passo desse processo havia sido dado com a Abolição. Esse era o espírito apropriado à República. Se de um lado Nabuco aponta o descompromisso da República frente ao problema social como a explicação para o irrealismo político do regime frente a sociedade, a Monarquia caíra por falta de fé em si própria. Apesar da obra da Abolição, à Monarquia faltou espírito, faltou incorporar o movimento da religião, usar do caráter humano e social da religião para integrar o regime às tarefas sociais⁴⁷ sem se contaminar pelo clericalismo.

Tal como a Monarquia caiu porque já não nutria fé em si mesma e porque os partidos desistiram daquele ideal, o arremate religioso em Nabuco agrega a noção de fidelidade política. No período de ostracismo político, entre 1889 e 1898, Nabuco descrevia em seu *Diário* (de 28 de fevereiro de 1891) o desarranjo da pátria. Diante dele era preciso manter-se fiel aos princípios, ao Brasil:

Temos, pois, que ficar brasileiros, vendo o Brasil tornar-se uma Venezuela, um México, uma Argentina, um Chile; propriedade do déspota do dia. É como se o mundo voltasse a ser fetichista ou canibal! Mas por isso mesmo que foi o nosso destino nascer neste período, nos séculos futuros a América Latina há de ser civilizada ou não ser latina; o nosso dever consiste em manter na minoria o nível moral superior ao político, dissociar o desenvolvimento moral da incurável estagnação política (a estagnação na voragem) (NABUCO, 2005b:35).

Essa fidelidade ao Brasil repercutiria no seu posicionamento diante da República, o que o distanciava de outra sorte de monarquistas, que não se adequariam ao novo regime. Já em 1895, em conversa com João Alfredo, tratava das vantagens para a República da sua adesão, tendo registrado o fato em seu *Diário* em 16 de janeiro daquele ano (NABUCO, 2005b:103).

O que permite ao pesquisador depreender uma teoria a partir do legado bibliográfico de um autor é a análise da lógica do significado das palavras empregadas (BEVIR, 2004:34). Assim, foi possível traçar uma trajetória intelectual de Nabuco, não sob o espectro literário, mas dentro dos marcos do pensamento político brasileiro, ou melhor, de uma teoria política brasileira. Algo obtido tanto da dedução das proposições gerais do autor, como intuindo acerca das proposições particulares, pois ambos os modos de interpretação encontram-se num cruzamento das questões que a pesquisa impõe sobre o objeto de estudo.

Um dos esforços deste texto foi mostrar que dentro da resposta que Nabuco dá à instauração da República no Brasil, compreendendo o período de sua conversão religiosa, há algo como uma consciência de teorização.⁴⁸ Nabuco não estava lançando argumentos aleatórios contra o novo regime e a decadência daquele final de século como quem lança golpes num ringue, mas estava assentando concepções bastante firmes sobre as raízes da política brasileira, sobre o conceito de “República”, sobre o lugar da religião cristã na vida liberal moderna.

(Recebido para publicação em junho de 2015)

(Reapresentado em março de 2016)

(Aprovado para publicação em julho de 2015)

Cite este artigo

RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. “A República Contestável – notas sobre o papel da religião no republicanismo de Joaquim Nabuco”. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 7 | N. 1, pp. 26 – 62, dezembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. O livro é traduzido para o português com o título “Minha Fé” (1985).

2. Nabuco demonstra que a República foi feita contra o processo abolicionista, como destaca em artigo de *O País*, de 22 de Novembro de 1888, sessão Campo Neutro, “A coroação da obra”. Para o autor, a coroação da obra da monarquia foi justamente a Abolição. 48
3. Em Discurso de 21 de setembro de 1885 na Câmara dos Deputados Joaquim Nabuco apresenta o Projeto da Monarquia Federativa (NABUCO, 1949:260-285).
4. Em artigo que trata da Monarquia Federativa (primeiro artigo), sessão Campo Neutro do jornal *O País*, Nabuco explica que: “Para ser bom monarquista é preciso ter o ideal republicano, mas a confusão está em supor que o ideal republicano se realiza sob a forma republicana da América do que sob a forma monárquica da Inglaterra. O mais republicano de todos os republicanos, Garibaldi, que fazia campanhas republicanas, como a do Rio Grande, por diletantismo revolucionário, inclinou o seu republicanismo diante da realeza libertadora da Itália. Ele mesmo escreveu em suas memórias que, desde que os ingleses estavam contentes com o seu governo, este deveria ser considerado republicano. E assim o é.” (NABUCO, 1989:380-381. Artigo de 28 de novembro de 1888). Em outro artigo de 20 de dezembro de 1888, Nabuco contesta o argumento de o Brasil ser a única exceção na América: “Eis ao que se reduz o argumento da exceção única na América. Se a América fosse consultada amanhã, ela seria unânime a classificar a forma de governo do Brasil como a primeira de todas as democracias americanas, porque nem mesmo a norte-americana nos pode disputar esse lugar, por causa do preconceito de cor que a nodoa. Nós somos assim uma exceção única na América, mas é por sermos uma democracia perfeita. (...)” (1989:392). Com efeito, o 15 de novembro infundiu no Brasil a individualidade nacional, americanizando o povo. A República quis igualar o Brasil ao continente, mas ao fazê-lo nos separou de nós mesmos, de nossas raízes, de nosso ser. “O que me parece, porém — não tenho, neste artigo, espaço para desenvolver esta ideia, — é que esse traço geral, essa tendência do gênero americano, não é um aperfeiçoamento da individualidade brasileira, mas, sim, um começo, um preparo insensível de unificação continental, fatal aos fracos, — a sugestão a distância de um hipnotizador, talvez ainda inconsciente.” (Joaquim Nabuco. “Notas Políticas IV.” *O Comércio de São Paulo*, 19/01/1986, número 862, escrito em Rio de Janeiro, 12/01/1986)
5. Poucos meses antes da Proclamação da República, em 11 de junho de 1889, na Apresentação do Ministério Ouro Preto, Nabuco renunciava que a República seria um eufemismo para oligarquia. “A mim, me sobra consciência de que estou com o povo defendendo a monarquia, porque não há, na república, lugar para os analfabetos, para os pequenos, para os pobres. Neste sentido o partido Republicano é um partido de classe como os dois partidos monárquicos. Há uma razão para ainda não ter chegado a hora da república, é que ainda não temos povo, e as oligarquias republicanas, em toda a América, têm mostrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo” (NABUCO, 1949:373).

6. O caráter anti-cívico fica evidente no modo antidemocrático pelo qual o movimento republicano irrompeu no Brasil: não conclamou a nação, como ocorreu na França. Nabuco explica que algo preliminar para uma República é contar com o povo. “É da França que se copiam as nossas revoluções: não há na história da França um caso de se proclamar a República, deixando-se de convocar o país. E esse o primeiro dogma do A B C do republicanismo. Não existe, é escusado dizer, nenhum precedente nos Estados Unidos, onde não houve nunca ditadura, onde a guerra foi feita ao Rei pelo Congresso, que depois aprovou a convocação da Convenção Federal, da qual saiu a Constituição Americana” (Joaquim Nabuco. “Notas Políticas IX.” *O Comércio de São Paulo*, 11/02/1896, número 881, escrito em Rio de Janeiro, 03/02/1896).

49

7. Se já em 1885 Nabuco justificava na tribuna que a Federação era compatível constitucionalmente com a Monarquia, e era a condição segura ao Brasil “para o desenvolvimento da autonomia provável sob a monarquia do que sob a república” (NABUCO, 1949:413). Na sessão da Câmara de 08/08/1888 Joaquim Nabuco reapresenta o projeto, assinado pela minoria liberal, de governo federativo para a monarquia. E segue insistindo na proposta em vários artigos escritos para os jornais até 1889, e reclama a inserção desse projeto no programa do governo na Apresentação do Ministério Ouro Preto, em Discurso de 11 de junho de 1889 (NABUCO, 1949:372-374).

8. Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Imperial Regente, Dona Isabel, que extinguiu a escravidão no Brasil. Para Nabuco o movimento republicano nasce contra a ameaça do regime monárquico em desfazer aquela estrutura escravista. Tratava-se de um problema de todos, mas se a sua superação era um trunfo para o Império, para a oposição ao regime era o motivo da mobilização. Por isso que não me parece haver uma “trama da escravidão”, pelo modo como Moriconi (2001:164) descreve, a partir das interpretações de Luiz Costa Lima. No sentido político não se vê esse ressentimento quanto ao passado, um saudosismo, como algo que se perdeu, como se o regime imperial sobrevivesse tão somente do passado. Há sim um avanço nas ideias, na proposta de conformação das instituições monárquicas às condições da liberdade política próprias à sociedade brasileira, e Nabuco é o representante desse pensamento, que apontava: “A agitação republicana porém que sopra sobre as cinzas ainda quentes da escravidão para não deixar morrer esse ressentimento, o qual nasceu e do qual vive, do feudalismo escravista contra o poder que ele julgava também seu vassalo, é um movimento em sentido contrário à evolução natural tanto da monarquia como da república, um elemento mais de perturbação e de anarquia que, se triunfasse amanhã inesperadamente como triunfou a abolição, deixaria o país, o mundo, e os seus próprios autores, na dúvida se esse ‘salto nas trevas’ tinha sido para diante ou para trás, se o Brasil estava além ou aquém do grande acontecimento de 13 de Maio” (NABUCO, 1989:371. “Agitação Republicana”, artigo de 17 de setembro de 1888).

9. A tese de que 1868 é o início da derrocada do regime imperial é de Oliveira Viana (2010). No entanto, a tese não deixa de ser de certo modo a-histórica já que antecipa um acontecimento porque já se conhece as consequências e não porque o momento em questão indicava para tal, ou seja, apesar da crise entre os partidos em 1868 a monarquia não estava em perigo. Ainda assim, a tese é interessante para pensar um plano inclinado de queda da monarquia, se assim preferirmos. Uma crise termina de dois modos: ou o sistema incorpora-a para superá-la, ou ela se perpetua até acabar com o sistema. A crise entre os partidos que suportavam a monarquia não se resolveu em 1868, e foi se arrastando até 1889. Indicação coerente para compreender politicamente 1868 é a tese sobre o Poder Moderador de Christian Lynch (2007).

50

10. A Constituição de 1824 possuía flexibilidade suficiente para permitir essa alteração, como já havia acontecido em 1832 e 1834 que alterou substancialmente o capítulo V – Dos Conselhos Geraes de Provincia, e suas atribuições.

11. “Em conclusão de tudo o que ficou dito: nem os fazendeiros descontentes, nem a Igreja processada e condenada contribuíram em nada para a implantação da República entre nós, a qual resultou unicamente de um golpe de Estado dado na manhã de 15 de novembro por um general zangado e insubmisso, contra um Gabinete desprestigiado e indefeso, transformado, pouco depois, numa arremetida contra um trono não menos desprestigiado e não menos indefeso. E o mesmo se poderá dizer com relação à propaganda republicana, que em nenhum momento foi inspirada e ainda menos favorecida pela Igreja ou pelos fazendeiros. Para certeza disso bastaria verificar que entre aqueles que estiveram à frente desse movimento desde o Manifesto de 70 até ao dia da implantação da República, não se contou um só fazendeiro ou um só sacerdote. Foram todos burgueses das cidades – médicos, engenheiros, bacharéis em Direito ou gente sem profissão” (LYRA, 1964:237-238).

12. Em 3 de dezembro de 1888 Nabuco escreveu: “(...) Não sou monarquista pela instituição; não me ponho a olhar para ela com a fixidez imóvel de um budista meditando o Nirvana, não é esse para mim o alfa e o ômega nacional; sou monarquista por causa do povo, porque vejo no prestígio, na tradição e na força adquirida da monarquia a alavanca de que o liberalismo precisa para altear o proletário nacional. Se me enganar desafio a que nunca se prove que errei de má fé, e mesmo que se mostre que os elementos para firmar uma boa conjectura democrática nesta fase de nosso país favorecem mais os que esperam na república escravista do que os que esperam na monarquia de 13 de Maio” (NABUCO, 1982:384).

13. Nabuco ampara-se na visão de que a democracia representa o progresso civilizacional dos povos, como um ponto de chegada ideal. Esta era uma crença geral, a qual os republicanos se vangloriavam também, como se a república fosse o regime que trouxesse ao Brasil essa novidade. Entretanto, Nabuco, e outros monarquistas, observaram

que a monarquia é que era república, e a que mais se aproximava da democracia. Considerava que as monarquias prepararam muito melhor o povo à democracia do que as formas de governo republicana: “Os povos em geral preparam-se para a democracia muito melhor sob a monarquia do que sem ela. A Bélgica, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, para tomar apenas um grupo de pequenos reinos do norte da Europa, estão muito mais habilitadas para serem democracias do que os países da América Espanhola que passaram de colônia diretamente a república sem nenhum preparo e depois na república não se puderam mais preparar”. Assegura que estávamos mais preparados para uma república em 1831, 1840 do que em 1889, pois de um tempo para outro houve a degeneração gradual dos políticos. Degeneração esta que não se deu por causa da monarquia, mas apesar dela. “A causa foi outra. Foi o enfraquecimento do princípio monárquico pela degeneração política e a sua impotência para reagir isoladamente contra a dissolução da antiga severidade. O sentimento do país é unânime, porém, a reconhecer que o elemento dinástico se conservou sempre desinteressado, nacional, incorruptível, como um ponto de apoio para qualquer reação moral que por acaso se reproduzisse na sociedade. Na sua crença profunda o organismo nacional tinha consciência daquele ponto são e imune, que esperava a reação para ajuda-la.” A monarquia era a grande escola de serviço público para o espírito desinteressado, esse que é o mais desejável para todo o funcionalismo público. (Joaquim Nabuco. “Outras ilusões republicanas IV”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Domingo 18 de outubro de 1891. No. 193)

14. Para Nabuco, D. Pedro II não estava a postos para ser o líder de um partido, o representante de uma facção. Foi por mais de 50 anos um homem unânime, e não conseguiria agir de modo sectário, como exige a ação dos partidos (Joaquim Nabuco. “Ilusões Republicanas I”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Segunda-feira 21 de setembro de 1891. No. 166.)

15. Corrupção, política de cargos, empreguismo, aumento da máquina pública, esses foram alguns dos resultados do novo regime de 1889. Uma das maiores ilusões do povo para com a política é sobre a probidade dos políticos, e um dos grandes derradeiros surgidos com a República foi a sacanagem com o dinheiro público. Antes havia a probidade, e os homens públicos observavam essa noção que pode ser tida, para a política, como uma virtude. O abuso com as coisas públicas desvaloriza o senso de nacionalidade, de coisa pública, de pátria, de dedicação, de serviço público — essas eram denúncias de Nabuco em artigo do *Jornal do Brasil* de 1891. (“Outras ilusões republicanas II”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Domingo 27 de Setembro de 1891. No. 172).

16. Em um dos artigos do *Diário do Comércio*, de 7 de setembro de 1890, Nabuco desenvolve uma tese interessante a respeito de como a monarquia exercia um papel de controle político na relação com o povo, e não de embate. Enquanto a política moderna, maquiaveliana, de que povo e governo passam a ser entes antagônicos, na monarquia o tipo de relação de proximidade entre o povo e o monarca fazia diminuir o

impacto da tecnologia política sobre a sociedade. O brasileiro olhava para o Imperador como se este nada pudesse tentar contra os cidadãos (NABUCO, 1890).

17. Joaquim Nabuco. “Outras ilusões republicanas III”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Segunda-feira 12 de outubro de 1891. No. 187.

18. A incompatibilidade entre o liberal republicano inglês Herbert Spencer e o militarismo era denunciada por Nabuco. Na *Carta ao Diário do Comércio* justificando por que continuava a ser monarquista, Nabuco recolhe um trecho de Herbert Spencer (que era republicano por princípio) em que o filósofo inglês comenta as instituições dos Estados Unidos, tratando-as como evoluções acidentais, e não naturais, a ponto de as crises eleitorais comprovarem essa tese. Spencer comenta que a forma republicana é a mais alta forma de governo, e por isso requer o mais alto tipo de natureza humana, um tipo que não existe em lugar algum, porque — na visão de Spencer — não se chegou a tal estágio. Para fechar, Nabuco também declara que os americanos prefeririam muito mais um D. Pedro, um monarca como ele, do que qualquer líder militar como governante (NABUCO, 1890).

19. Herbert Spencer (1820-1903) foi um dos autores principais da pedagogia naturalista, pôs em questão a intervenção estatal em nome da liberdade do indivíduo. O equilíbrio da vida humana seria dado pela ciência.

20. “Os exércitos vivem de glória, e a glória militar é uma flor que só se abre fora do país. Não podeis sustentar o moral do exército dizendo-lhe: ‘Os vossos amigos d’ora em diante serão somente Brasileiros.’ O exército é tanto menos político quanto mais militar. O exército que voltou da campanha do Paraguai, coberto de glória das privações ainda mais que a dos combates, não era um exército em quem por nenhum processo se pudesse insultar a alma pretoriana. O que é que prevaleceu a 15 de Novembro e fez a república? Foi o espírito de classe de um exército nacional. Se o exército da monarquia fosse um exército político a unidade de movimento que fez a República, mas também manteve a integridade nacional, teria sido impossível (Joaquim Nabuco. “A identificação do exército. Outras ilusões republicanas V.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Domingo 01 de novembro de 1891. No. 207).

21. Nabuco justificava que o seu senso monarquista era pela chave liberal, progressista. E demonstra que não compreende o monarquismo ela via do conservadorismo ou do monarquismo em si (Joaquim Nabuco. “Ilusões Republicanas I”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Segunda-feira 21 de setembro de 1891. No. 166.).

22. A monarquia no Brasil caiu porque foi tão somente monárquica, sem ter se apegado a qualquer outro conjunto social. Para Nabuco a monarquia se sacrificou pelo país, em duas partes, na Independência e na Abolição. “A historia recordará como urna de suas páginas mais originais essa monarquia brasileira que não era militar, nem clerical, nem aristocrática, e por isso foi derrubada pelo exercito, depois da

revolta do escravismo, entre a indiferença da igreja. Se o Brasil fosse uma das grande nações do mundo, seria uma grande casa reinante essa curta dinastia que deu a metade do seu trono para fazer a Independência e a outra metade para fazer a Abolição” (NABUCO, 1890:22).

23. No primeiro artigo da série “Ilusões Republicanas”, Nabuco aponta o lado antagônico do regime recém implantado ao ter caído sob as garras de um governo da espada, enquanto a tradição brasileira é inteiramente civil. “Eu compreendo a situação dos republicanos, não estava no seu programa o governo da espada. O governo da espada não é por certo, um belo espetáculo para uma nação de espírito e de tradição tão profundamente civil como a nossa”. Mas entre a república militar e a dos financistas, dos males o menor, Nabuco prefere a primeira, e continua: “Mas assim o quiseram, assim o tenham. Para mim, o marear da tropa, o rufo dos tambores, o brilho das baionetas, a moldura toda da disciplina militar que nos governa, são pelo menos símbolos que falam da pátria, e eu prefiro vê-los no lugar da monarquia, a ver a boca hiante de um vasto sindicato, engolindo a grandes sorvos todas as economias do passado e todas as reservas do futuro. Desde que o nosso governo não pôde ser um governo moralizado sem um apoio fora da política, por não estarmos em uma época de moral pública, o militarismo, é na falta da monarquia, o apoio externo, preciso para a política não degenerar imprudentemente em uma oligarquia financeira. A república, é preciso não esquecer, nasceu sob uma conjunção temível, a de Marte e Mercúrio, o militarismo e a finanças. Dos seus planetas eu prefiro que Marte liquide a Mercúrio. Pensando assim, levo, sem receio de preconceitos nem de palavras, a mesma orientação política. Não serei eu, portanto, quem estime como monárquico a divisão política do exército. Pelo contrário, desejo que ele continue todo republicano, enquanto o sentimento da sua responsabilidade o identificar com a república.” (Joaquim Nabuco. “Ilusões Republicanas I.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Segunda-feira 21 de Setembro de 1891. No. 166.) Neste trecho Nabuco dá uma lição de realismo político. Se a realidade no momento era a república, e esta estava entre a desfortuna do jacobinismo, quase um socialismo anárquico, o governo pelo mercado financeiro ou as rédeas da espada, Nabuco prefere a última. O autor reconhece a tradição civil brasileira, mas diante de duas outras forças que deteriorariam ainda mais a pátria, reconhece que pelo menos os militares são nacionalistas, e se marcados pelo espírito republicano, governam com responsabilidade.

24. Essa leitura orienta-se pela tônica de que para Nabuco a Monarquia no Brasil é que era república, sem necessariamente estar no regime homônimo. Vide artigo de Christian Lynch, “O Império é que era a República: a monarquia de Joaquim Nabuco” (2012).

25. Como no caso das leis abolicionistas, do Ventre-Livre de 1872 e a própria Lei Áurea de 1888.

26. Por exemplo, o número percentual de pessoas que participavam nas eleições na Primeira República foi de 2,3%, enquanto que no Império

(até 1881, Lei Saraiva) chegava a 9,7% em algumas regiões — como no caso da cidade fluminense de Campos.

54

27. O que Nabuco claramente observa nesse estágio da história brasileira, com a República, é um retrocesso civilizacional, algo até bárbaro pela ditadura militar: “O fuzilamento sem processo, anônimo, negado pelas autoridades, é em direito um assassinato: assim o qualificou, da sua honrada cadeira de juiz, o dr. Piza e Almeida, e o argumento de que a República podia assassinar em 1894 porque o Imperador não perdoou em 1824 — setenta anos atrás, — é, além de tudo, impróprio de republicanos verdadeiros. A prevalecer essa defesa, tornar-se-ia impossível todo progresso moral da República.” (Joaquim Nabuco. “Notas Políticas III.” *O Comércio de São Paulo*, 15 de janeiro de 1896, número 858, escrito em Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1896).

28. Sobre Nabuco de Araújo, o filho escreveu: “ele só podia passar para um partido que ele mesmo criasse, ou ao qual desse a bandeira, e foi o que sempre aconteceu. Sua fidelidade às suas próprias transformações naturais era assim perfeita. Em momento algum ele é um cético; todo o tempo é um eclético” (NABUCO, 1997:1123).

29. O eixo do liberalismo monárquico de Joaquim Nabuco, à luz do exemplo britânico, estava erigido sobre as seguintes reformas: emancipação dos escravos; universalidade da instrução e garantias efetivas da liberdade de consciência (VIANNA FILHO, 1981:440).

30. Críticas de Nabuco ao darwinismo social, tão presentes no final do século XIX, podem ser recolhidas da cópia que fez em seu Diário de 26 de março de 1900, das palavras do chanceler alemão, príncipe de Hohenlohe que conciliavam-se com seu pensar: “‘(...) A struggle of life que nos é imposta pela natureza (não se poderia dizer que no estado de amadurecimento da razão humana e dos meios ao seu dispor, a struggle of life não é mais uma imposição da natureza, mas o efeito da ambição e da inércia do organismo social?) tem, com efeito, tomado ultimamente um caráter tal que nos aproximamos mais do mundo animal e que o progresso realizado é antes um progresso para baixo do que um progresso para cima’. Refere-se ao ‘dilúvio dos interesses materiais’” (NABUCO, 2005b:180).

31. Ganador do concurso do IHGB em 1838 com a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil* (SCHWARCZ, L. M. apud CAVALCANTI, COUCEIRO, 2012:236).

32. Não é por menos que um dos continuadores no pensamento social brasileiro é Gilberto Freyre. Para o próprio autor a linha de continuidade a partir de Nabuco era a seguinte: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, o príncipe d. Luís de Bragança (FREYRE, 1962:LVII).

33. Isso se traduz pelo modo como a República caçou a capacidade civil nacional, as tradições civis. Pois na Monarquia ainda havia sociedade a quem recorrer, para garantir um direito, para fazer justiça, e na República não, os desmandos são incontestes, a injustiça não tem freio, asseverava Nabuco. Num regime Republicano, como aquele a Abolição

seria impossível. Escreveu Nabuco: “O próprio Sr. José do Patrocínio já confessou que a propaganda abolicionista teria sido impossível neste regime. Eu estou profundamente convencido disso. A verdade é que não há para quem encaminhar um esforço humanitário ou nacional qualquer, nem força capaz de criar uma corrente de opinião, como dizem os cétricos, sentimental. (...) A República subjogou o país, é um fato: mas tirou-lhe duas coisas: a sensibilidade e a imaginação” (Joaquim Nabuco. “Notas Políticas VI.” *O Comércio de São Paulo*, 28 de janeiro de 1896, escrito em Rio de Janeiro, 23/01/1896).

34. Em 24 de maio de 1874 Nabuco escreveu em seu Diário as condições para a reforma católica: “(...) Não se reforma o Catolicismo com palavras, e o movimento reformador, desde que não progrida desde o princípio, perde a segurança e a consciência de si mesmo. Não obstante tudo, para ser o orador que o padre Hyacinthe é, nas condições em que ele se acha, é necessário um talento superior” (NABUCO, 2005a:60-61).

35. Em seus artigos da série “Minha formação monárquica”, depois “Minha formação política” (depois de 16/4/1896), Nabuco comenta o quanto era difuso e radical naquela época, entre 1868 e 1871. Trata de como se insurgiu contra o ultramontanismo, e que apesar de não se arrepender do que fizera, ainda não tinha percebido exatamente o papel da religião no seio da sociedade. Ganhou confiança com o papado de Leão XIII, crente que a partir deste a religião e a democracia dariam as mãos.

36. As questões transcendentais sempre fizeram parte das inquietações de Nabuco, como em um artigo do jornal *A Reforma* de 28/07/1871, quando inquiria sobre o lugar da morte de Sócrates e o sacrifício de Jesus. Mas por muito tempo a fama do autor estava mais voltada aos prazeres da vida (VIANNA FILHO, 1981:437).

37. Havia uma materialização desse tipo de percepção da realidade nas análises de Nabuco, como em 1897, no auge do conflito de Canudos, e especificamente sobre a morte do coronel Moreira César, em que escreve a Rebouças, “tem alguma coisa que parece a mão de Deus” (Carta de 26 de março de 1897 apud VIANNA FILHO, 1981:586).

38. Nabuco teve como um dos principais trunfos na luta pela abolição da escravidão o apoio de Leão XIII em 1888 a essa causa pela liberdade no Brasil. No dia 5 de maio de 1888 Leão XIII lança a Encíclica *In Plurimis* (sobre a abolição da escravidão) aos Bispos do Brasil, com esse documento a Santa Sé agregava forças em prol da Abolição da escravidão no Brasil. Em artigo de 28 de setembro de 1888, no jornal *O País*, Nabuco ressalta a benção do Pontífice sobre a humanidade cristã. Nabuco comenta que na história do abolicionismo a igreja aparece tarde, ainda que se encontrem casos, como o do padre Canabarro, de abolicionistas ardentes.

Porém, quando a Igreja aparece o realce é extraordinário, comenta Nabuco. O episcopado se pronunciou em 1887, no ano seguinte veio a Encíclica, e de quebra a Rosa de Ouro para a Princesa Isabel, a mais

elevada distinção da Santa Sé (Joaquim Nabuco. *O País*. Rio de Janeiro, Sexta feira 28 de Setembro de 1888 - N. 1452).

56

39. A escola positivista, da qual se pode classificar uma série de pensadores, além de Augusto Comte, como Sir William Hamilton, John Stuart Mill, Huxley, Darwin, Herbert Spencer e outros, se põe de modo oposto ao cristianismo. De acordo com os positivistas o padrão de aceitação da verdade é a ciência, independente da religião, e a religião é aceita ou não se está de acordo com a ciência.

40. Nabuco chegou a pedir aos céus o que chamou de “amnésia política”, conforme escreveu em seu Diário de 27 de abril de 1900: “A perseverança final é muito diversa do acabar bem do político. Nolite timere, que bela divisa! Pedi a Nossa Senhora uma amnésia (desmemoramento) política” (NABUCO, 2005b:186).

41. Ricardo Benzaquen (2009:12) já descreveu com maestria esse movimento de conversão de Joaquim Nabuco ocorrido em 1892, que se dá em dois momentos, primeiro na igreja dos jesuítas, em Farm Street, com o padre Gallway e depois no Oratório de Brompton, em Londres, com o padre Gordon. Ali Nabuco sentira que “O universal, por conseguinte, alia-se com o que há de mais singular: é como se, à frente do sublime, os homens tivessem a oportunidade de desenvolver precisamente aquilo que há de mais sublime em si mesmos(...)”. A ida ao Oratório em 28 de maio de 1892 foi registrada no Diário de Nabuco, confessando: “(...) Nove décimos de mim mesmo querem crer, somente um décimo, todo intelectual e sem raízes no coração opõe dúvidas. A vontade submissa, somente rebelde uma parte da inteligência, aliás também desejosa. Levantei-me alegre, contente de mim mesmo, e a vida parecendo-me digna de se viver, e o verde da folhagem do parque radiante de simpatia comigo. A impressão divina pode apagar-se (mas está em mim renová-la sempre), mas, enquanto dura, a alma sente-se alada (...)” (NABUCO, 2005b:44).

42. Justamente utilizo o termo “saída da religião” remetendo-me ao conceito de Marcel Gauchet (1998; 1985) em sua vasta obra a respeito de como a religião deixa de ser o elemento estruturante da política, sendo o Cristianismo a religião da “sortie de la religion”.

43. No Livro I de Pensamentos Soltos: “O Positivismo chama-se a Religião da Humanidade, mas o Cristianismo, já há dois mil anos, é essa religião, aquela em que o próprio Deus morre pelo homem. Ecce homo pode bem ser sua divisa.” (NABUCO, 1949b:15). O autor percebia no Positivismo justamente o contrário da humanização, a materialização.

44. Um exemplo disso é o modo como empregou em seus artigos da série Ilusões Republicanas, o termo “providencialismo”. Comenta Nabuco que no Brasil as coisas acontecem providencialmente. O uso deste termo num sentido bastante espiritualizado reflete o modo como encara a história nacional, como uma sorte de eventos extraordinários, e dependentes de situações bastantes particulares, da fortuna de uns e da calma de outros. Foram fenômenos que nos ocorreram que, provavelmente,

não estavam prontos, contabilizados, e condizentes com a estrutura do país, mas ocorreram. Poderíamos adicionar aqui a Separação entre Igreja e Estado. “Nós nos gabamos, disse eu ao começar, de que tudo se passa em nosso país de modo singularmente Providencial, ou antes Providencialmente singular. A julgar pela independência, pelo 7 de Abril, pela Maioridade, pela Abolição e pela República, assim tem sido. Em todos esses fatos predomina grande força: - idealismo em uns e grande mansidão de caráter em outros. O entusiasmo dos que fazem parece que desarma e seduz a consciência duvidosa dos que toleram” (Joaquim Nabuco. “Ilusões Republicanas I.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Segunda-feira 21 de setembro de 1891. No. 166). No artigo seguinte da série, Nabuco atribui à Providência a sorte de o país não ter mergulhado em sangue, de muitos não saberem do que se tratava, e tudo ocorreu com o povo bestializado, e até mesmo boa parte do exército sem saber do que se tratava. O silêncio era cirúrgico, mas nenhuma preparação para o procedimento fora feita, não houve anestesia, não se fez os devidos exames, não se fez qualquer visita pré-anestésica ou operatória. Quem sangrou foi a nação, e um dos órgãos mais importantes do país, quase parte de seu coração, a monarquia, foi expelida do Brasil. “O estupor mata o medo e prepara a infeliz criatura para ser morta sem dor. O povo foi providencialmente bestializado. Se a república tivesse sido a resolução unânime do exército, (não nego que os leaders, do movimento tivessem essa inspiração ao começá-lo) o perigo de uma carnificina seria pequeno” (Joaquim Nabuco. “Outras ilusões republicanas II.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Domingo 27 de Setembro de 1891. No. 172)

45. Na primeira passagem pelos Estados Unidos, em 1877, já temia por esse futuro mesquinho da humanidade. “A outra concepção é a americana. O homem aqui é uma máquina de ganhar dinheiro, o fim evidente da humanidade é enriquecer, o dólar é o Deus da plutocracia de quarenta milhões de homens”, escrito em seu Diário em 10 de março de 1877 (NABUCO, 2005a:127).

46. Segundo Maria Alice de Carvalho (2003:80) foi fundamental o conhecimento do tema da virtude republicana da Inglaterra monárquica, em especial da figura de Harrington. No artigo a autora ainda dissemina que as constantes menções a Bagehot em *Minha Formação* dizem respeito a uma recuperação das ideias montesquianas para o século XIX (CARVALHO, 2003).

47. O catolicismo, nessa virada da Monarquia para a República, apesar de perder a condição de religião oficial inscrita na Constituição Imperial de 1824, livra-se do regalismo e expande sua ação pastoral. Na Carta Pastoral de 1890, Dom Macedo Costa comemora o fim do padroado, que era exercido regalisticamente, ou seja, reprimindo a liberdade da Igreja por conta dos desígnios do Estado imperial. Livre das amarras burocráticas, a Igreja passa por um período de expansão. O próprio Papa Leão XIII foi simpático ao novo regime, que criou condições de diálogo e liberdade, ao invés de confronto, entre o clero e as instituições políticas brasileiras. A reconciliação entre poder político e instituição religiosa

não foi marcada por mágoas, pois além da necessidade da legitimidade do regime diante da população, em que algum vínculo religioso é obrigatório, a Igreja ocupava um papel predominante nas atividades sociais, e já não era um bastião de resistência pela Monarquia. “A Igreja, considerando-se perseguida e desautorada pelo Governo Imperial, e não podendo ou não lhe convindo hostilizá-lo, passou a desinteressar-se da Monarquia, ao igual do que faziam os fazendeiros depois da Lei 13 de Maio” (LYRA, 1964:236).

58

48. Paulo Mercadante em *A Consciência Conservadora no Brasil* (2003:197) explica como essa “consciência de teorização” é algo que já podemos observar em Justiniano José da Rocha, quando este traçou os passos da construção política nacional como Ação, Reação e Transação.

Referências bibliográficas

- ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana*. In: BIGNOTTO, Newton (org). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- ALENCAR, José Almino de. *Joaquim Nabuco, o dever da política*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (*O dever do momento e O dever dos monarquistas* [1895]), 2002.
- ALONSO, Ângela. “A década monarquista de Joaquim Nabuco.” *Revista USP*, São Paulo, n. 83, p. 52-63, setembro/novembro, 2009.
- BARROS, Alberto R. G. “A Matriz Inglesa.” In: BIGNOTTO, Newton (org). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- BEIGUELMAN, Paula (org.). *Joaquim Nabuco*. Grandes Cientistas Sociais - Política. São Paulo: Ática, 1982.
- BELLOC, Hilaire. *The Servile State*. Edinburgh: T. N. Foulis London, 1912.
- BENZAQUEN, Ricardo. “O linho e a seda. Notas sobre o catolicismo e a tradição inglesa em Minha Formação, de Joaquim Nabuco.” *Revista USP*, São Paulo, n. 83, p. 8-13, setembro/novembro, 2009.
- BETHELL, Leslie. “Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina.” In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 88, pp. 73-87, nov. 2010.
- BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 [1999].
- BIGNOTTO, Newton (org). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª edição, Ed. UNB, Brasília, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Bestializados - o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 59

CARVALHO, Maria Alice de. “Vertentes do republicanismo no Oitocentos brasileiro.” *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 72-85, setembro/novembro 2003.

CAVALCANTI, Helenilda; COUCEIRO, Sylvia (org.). *Joaquim Nabuco e a nossa formação*. Recife: Massangana, 2012.

CONSTANT, Benjamin. *De la religion, considérée dans sa source, ses formes et ses développements*. Tome Premier. Paris: Pichon et Didier Éditeurs, 1830.

_____. *Escritos de política*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Coleção Temas Brasileiros, 43. Tomo I. Brasília: Ed. UNB, 1983 [1894].

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º e 2º Tomo. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

GAUCHET, Marcel. *La religion dans la démocratie. Parcours de la laïcité*. Paris: Gallimard, 1998.

_____. *Le désenchantement du monde – une histoire politique de la religion*. Paris: Gallimard, 1985.

HIMMERFARB, Gertrude. *The Roads to Modernity - the British, French and American Enlightenments*. London: Vintage, 2008.

JOHNSON, Paul. *A History of Christianity*. New York: Atheneum, 1975.

LESSA, Renato. *A invenção republicana - Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

LYNCH, Christian Edward Cyril; STARLING, Heloísa Maria Murgel. “República/republicanos.” In: FERES Jr., João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Brésil, de la monarchie à l'oligarchie – construction de l'État, institutions et représentation politique (1822-1930)*. Paris: L'Harmattan, 2011.

_____. “O caminho para Washington passa por Buenos Aires. A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898).” *RBCS*, Vol. 27, nº 78, pp. 149-196, Fevereiro /2012.

_____. “O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco.” *Revista Lua Nova*, número 85, pp. 277-311, 2012.

- _____. *O momento monarquiano: o conceito de Poder Moderador e o debate político brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007. 60
- LYRA, Heitor. *História da queda do Império*. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil. Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira*. 4a ed. Rio de Janeiro : Topbooks, 2003 [1965].
- MONTESQUIEU, Baron de la Brède et de (1689-1755). *Do espírito das leis*. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2a ed., São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1748].
- MORICONI, Italo. "Um estadista sensitivo. A noção de formação e o papel do literário em Minha formação, de Joaquim Nabuco." *RBCS*, Vol. 16, no. 46, pp.161-172, junho/2001.
- NABUCO, Joaquim. *A Abolição e a República*. Recife: Ed. UFPE, 1999 [1890].
- _____. "Artigos de Joaquim Nabuco (última fase) no jornal O País (seção 'Campo Neutro') - setembro a dezembro de 1888." In: GOUVÊIA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Editora Massangana, 1989 [1888].
- _____. *A invasão ultramontana - discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brasil, no dia 20 de maio de 1873*. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873.
- _____. *Balmaceda. Obras Completas de Joaquim Nabuco II*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949 [1895].
- _____. *Escritos e Discursos Literários*. Rio de Janeiro: Garnier Livreiro-Editor. 1901.
- _____. *Diários. Volume 1. 1873-1888*. Prefácio e Notas Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2005.
- _____. *Diários. Volume 2. 1889-1910*. Prefácio e Notas Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2005b.
- _____. *Discursos Parlamentares [1879-1889]*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- _____. *Minha Fé (Mysterium Fidei)*. Trad. Aida Batista do Val. Introd. Claude-Henri Frèches. Recife: Massangana, 1985 [1900].
- _____. *Minha Formação*. São Paulo: Editora Três, 1974 [1900].

_____. *Pensamentos soltos. Camões e Assuntos Americanos*. Trad. Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949b [1906].

_____. *Porque Continuo a ser Monarchista. Carta ao Diário do Commercio*. Londres: Abraham Kingdon & Newmam, 1890.

_____. *Um Estadista do Império*. Posf. Evaldo Cabral de Mello. Textos de Machado de Assis, José Veríssimo e Baptista Pereira. Vol. I e II. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Top Books, 1997 [1897,1898,1899].

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

NICOLET, Claude. *L'Idée républicaine en France. Essai d'histoire critique (1789-1924)*. Paris: Gallimard, 1982.

OTONI, Teófilo. *Circular aos Eleitores de Minas Gerais, in B. de Magalhães, A Circular de Teófilo Otoni*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 [1860].

PAIM, Antônio (org.). *O Apostolado Positivista e a República*. Coleção pensamento político republicano. Vol. 2. Brasília: Ed. UNB, 1981.

_____. *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Coleção pensamento político republicano. Vol. 5. Brasília: Ed. UNB, 1981.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Crise do Poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1961.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da república*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes, UCS, 1980.

SALES, Alberto. "O Governo Popular", in Antônio Paim (org.), *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília: UnB, Brasília, 1981.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. *Da Propaganda à Presidência*. Brasília: Ed. UNB, 1983.

SALLES, Alberto. *Política Republicana*. Rio de Janeiro: Typ. Leuxinger & Filhos, 1882.

_____. *Sciencia Política*. São Paulo: Teixeira & Irmão ed., 1891.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Nabuco e a República. Textos de Joaquim Nabuco com a organização e introdução de Leonardo Dantas Silva*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

SPENCER, Herbert. *First Principles*. Cambridge Library Collection. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1862].

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A Matriz Norte-Americana*. In: BIGNOTTO, Newton (org). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da realidade brasileira (introdução à história das ideias políticas no Brasil)*. Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, n. 141, Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 62
- TRINDADE, Hégio (org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- WOOD, Gordon. *The creation of the American republic 1776-1787*. The University of North Carolina Press, 1969.
- VIANA, Oliveira. *O Ocaso do Império. Brasília: Senado Federal, 2010 [1925]*.
- VIANNA FILHO, Luís. *Três Estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco*. Notas de Eduardo Portella. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília : INL, 1981.